INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Ernandes Rocha Sene

O BIOPODER COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE NA VIDA BIOLÓGICA DO INDIVÍDUO NA OBRA *HOMO SACER* DE GIORGIO AGAMBEN

TCC - Filosofia
Cod. 6018
C100
S475b

ISPI - Biblioteca
13.499 03/12/2021

Teresina-PI
2020

ERNANDES ROCHA SENE

O BIOPODER COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE NA VIDA BIOLÓGICA DO INDIVÍDUO NA OBRA *HOMO SACER* DE GIORGIO AGAMBEN

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí para obtenção do título de Licenciado em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Pe. José Anchieta Arrais de Carvalho.

Teresina-PI

2020

ERNANDES ROCHA SENE

O BIOPODER COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE NA VIDA BIOLÓGICA DO INDIVÍDUO NA OBRA *HOMO SACER* DE GIORGIO AGAMBEN

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

Curso de Licenciatura em Filosofia

Data de aprovação: ___ de _____ de _____

Prof. Dr. Pe. José Anchieta Arrais de Carvalho

Orientador

Pe. Cristiano B. Soares

Prof. Me. Pe. Cristiano Batista

Primeiro Examinador

Profª Elenir Cardoso Figueiredo

Segundo Examinador

DEDICAÇÃO

Dedico este trabalho e o meu carinho, em primeiro lugar, àquele que me chamou à vida, dando-me o dom da vocação. À minha querida Mãe Virgem Maria, a qual me fez conhecer o amor à Deus e repousar meu coração. Ao Pe. Francisco Carvalho, aos meus familiares na pessoa da minha amada mãe Teresinha Alves Rocha Sene por suas palavras de confiança e sua vida de oração. Aos meus amigos da diocese de Parnaíba. Aos meus irmãos seminaristas, nas pessoas de Samuel Matos, Rafael Lacerda, Sávio Daniel, Edmundo Araújo e Oveslando (a quem devo minha profunda gratidão pela amizade) e aos demais que me ajudaram a crescer na fé. Aos professores do Instituto Católico de Ensino Superior na pessoa da professora Elisângela Amaral. As nossas mães em Cristo que cuidam de nossas refeições diárias D. Enalba, D. Josélia, D. Ana e Maria, a seu Paulo "o grande mestre de obras".

AGRADECIMENTOS

Ao Sagrado de Jesus e o Imaculado Coração de Maria os quais repousa minha vocação. À diocese de Parnaíba, na pessoa de Dom Juarez Souza. Aos queridos amigos benfeitores pelo apoio, na pessoa de Socorro Souza pelo incentivo às vocações e pelas orações aos futuros padres. Ao corpo formativo do seminário de Filosofia, na pessoa do Pe. Antônio Soares, o qual devo minha gratidão pelas palavras de esperança e perseverança, bem como os colaboradores das nossas casas de formação na pessoa da D. Josélia. Ao corpo de funcionários do ICESPI, na pessoa do seu diretor Pe. Clodomiro de Sousa e Silva e do Prof. Dr. Pe. José Anchieta Arrais de Carvalho meu orientador. Aos componentes da banca examinadora Profª. Elenir Figueiredo e o Prof. Me. Pe. Cristiano pela disponibilidade na composição de minha banca examinadora.

"Os mecanismos da economia atual promovem uma exacerbação do consumo, mas sabe-se que o consumismo desenfreado, aliado à desigualdade social, é duplamente daninho para o tecido social".

(Papa Francisco)

"O homem é aquele que pode sobreviver ao homem".

(Giorgio Agamben)

RESUMO

A investigação filosófica de Giorgio Agamben consiste nas relações do novo poder moderno, que ultraja a essência da vida biológica e política, percorrendo o itinerário político clássico, atualizando-se pelas relações de forças jurídicas e governamentais contemporâneas, vinculadas à violência soberana, enfatizando a relevância do biopoder como dispositivo de controle sobre a vida humana, gerando na sociedade a suspensão do direito, que torna-se regra na sociedade vigente através do estado de exceção. Sendo assim, a vida humana é colocada em questão. Com este fim, apresentamos primeiramente, os conceitos fundamentais da investigação filosófica de Giorgio Agamben, fazendo menção à tradição clássica do direito romano. Assim, essa segunda parte, aprofunda a vida, em seu sentido biológico, cuja vida, encontra-se em situação de exclusão na comunidade política pelas relações de força predominante na comunidade clássica, passando por um processo de transição na Idade Moderna, tornando-se alvo de estratégias e cálculos pelo novo poder biopolítico. Posteriormente são apresentados exemplos práticos da atuação do biopoder moderno relacionado à vida nua em confronto com o bem-comum, acarretando desse modo, a perca do sentido moral, ético e cristão na sociedade hodierna. Assim, o corpo biológico torna-se o centro de investimentos políticos estatais e forças capitalistas, que controlam e separam o corpo biológico da dignidade humana, sobrepondo a vida natural como capital humano biológico e, no entanto, são alvos das piores atrocidades desumanas, que são enfatizadas, através de experimentos desastrosos e que juridicamente têm sua validade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Giorgio Agamben - Biopoder – Vida nua – Sociedade – Corpo

ABSTRACT

The philosophical inquiry of Giorgio Agamben consists of the relations of the new modern power, that outrages the essence of biological and political life, following the classic political itinerary, updating by contemporary legal and governmental exclusion forces, linked to sovereign violence, emphasizing the relevance of biopower as a control device over human life, generating in society the suspension of the right, which becomes a rule in the current society through the state of exception. Therefore, human life is called into question. To this end, we first present the fundamental concepts of Giorgio Agamben's philosophical research, mentioning the classic tradition of Roman law. Like this second part, deepens life, in its biological sense, whose life is in a situation of exclusion in the political community due to the prevailing power relations in the classical community, going through a transition process in the Modern Age, becoming the target of strategies and calculations by the new biopolitical power. Later the consequences are presented of the performance of political power in relation to naked life in confrontation with the common good are presented, causing the loss of the moral, ethical and Christian sense, the biological body being the center of political investments, that control and separate the biological body and human dignity, superimposing natural life as biological human capital and yet, therefore, they are targets of the worst inhuman atrocities, that are emphasized, through inhumane experiments disastrous and that legally have their economic validity.

KEYWORDS: Giorgio Agamben - Biopower - Naked life - Society - Bodies

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO **10**

2 GIORGIO AGAMBEN - O FILOSOFO DO SÉCULO XXI **13**
2.1 Vida e obra **13**
2.2 Conceitos fundamentais da filosofia de Giorgio Agamben **15**
2.2.1 *Homo sacer* e a vida sacra 15
2.2.2 Do poder soberano ao biopoder - fazer morrer e deixar viver 19
2.2.3 O estado de exceção como regra na sociedade política moderna 23
2.2.4 Agamben e a vida nua 25

3 A VIDA BIOLÓGICA (*ZOÉ*) NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA POLÍTICA À BIOPOLÍTICA **29**
3.1 A *zoé* na esfera da sociedade política **29**
3.2 O bem comum como fim último da sociedade política **32**
3.3 O marco de transição da política à biopolítica moderna **36**
3.4 Do poder disciplinar à sociedade de controle tecnicista **40**

4 A VIDA NUA E A EXCLUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS **44**
4.1 A vida nua como consequência do biopoder moderno **44**
4.2 O biopoder como instrumento de controle na vida biológica do indivíduo **47**
4.3 O desafio da sobrevivência no contexto pandemiológico do Covid – 19 ..... **51**
4.4 A práxis do biopoder em confronto com o bem viver **55**

CONCLUSÃO **60**

REFERÊNCIAS **63**

INTRODUÇÃO

Nos limiares da Idade Moderna a vida biológica ocupa o centro da política moderna convertendo-se em biopolítica. Esta promoção da vida atua como uma tecnologia de poder que visa controlar e modificar a vida da população, atuando sobre forças de relações sociais e governamentais denominada biopoder. Isto é, um conjunto de técnicas disciplinares que interferem na vida humana disciplinando os indivíduos com o objetivo de obter fins lucrativos para beneficiar os patrícios da sociedade moderna. Diante deste contexto, o referido trabalho de conclusão de curso, ousa-se trabalhar o seguinte tema, "O biopoder como instrumento de controle na vida biológica do indivíduo na obra Homo Sacer de Giogio Agamben" .

Diante dos atuais processos de transformações sociais e econômicas, a *zoé* antes excluída da sociedade clássica pelo poder soberano, com o advento da modernidade é inserida e potencializada na sociedade hodierna (*bios*) tornando-se alvo de estratégias políticas incentivadas pelos cálculos governamentais perante a efervescência do sistema capitalista. Além disso, o mecanismo do biopoder tem como função disciplinar, controlar e capturar este corpo biológico, transformando-o em um mero recurso econômico, extorquindo dele forças e extraindo energias de suas aptidões com eficiência e agilidade, priorizando somente sua utilidade, comprometendo assim a liberdade e os valores morais, éticos e cristãos.

Nesta investigação, Agamben crê que o resultado dramático dessa mudança trouxe consigo a animalização do homem, ou seja, a separação da dignidade humana do corpo biológico. Desse modo, o indivíduo encontra-se em situação de vulnerabilidade, abandonado pela lei, cuja forma de vida é atribuída pelo autor como *homo sacer*, ou seja, o homem desprotegido e abandonado pelo direito jurídico. O paradigmático é que surgem dentro deste contexto possibilidades de proteger a vida, mas, ao mesmo tempo, capturá-la e transformá-la em produto lucrativo e descartável, bem como autorizando ou não seu holocausto conforme sua inutilidade.

Diante de uma instabilidade e insensibilidade, que prolifera mediante o atual caos político, ético e moral, brutalmente reflete na depreciação desta vida biológica (*zoé*) inserida dentro de uma sociedade de espetáculo e capitalista, sobrepondo, o poderio econômico que fixa-se acima da dignidade humana, mobilizando assim, uma lei de sobrevivência e reduzindo ontologicamente a vida humana em uma máquina antropológica promovendo assim, desigualdades sócias.

Com base na obra Homo Sacer, a proposta deste trabalho é discutir o presente tema com base no problema aqui apresentado: De que forma a atuação do biopoder, como instrumento de controle, pode influenciar a política sobre a vida biológica (zoé) do indivíduo? A partir deste novo poder inserido na modernidade é notório a práxis deste biopoder nas estruturas das camadas sociais? Dentro deste campo, estabeleceu-se como objetivo geral investigar o biopoder como instrumento de controle na vida biológica (*zoé*) do indivíduo na sociedade moderna.

Para um bom desenvolvimento foi necessário estabelecer objetivos específicos, para que de certa forma o desenvolvimento deste trabalho obtivesse um resultado qualitativo. Como objetivos específicos o trabalho apresenta: identificar a transição da política clássica grega em uma nova política governamental em favor da promoção da vida – a biopolítica; entender o conceito de vida nua como consequência da aplicabilidade do biopoder e apresentar a atuação do biopoder como instrumento prático na sociedade moderna como uma ação política adversa ao bem comum, contrariando os direitos humanos, a ordem social e uma inversão de valores morais, éticos e cristãos, sendo subvertidos por atos desumanos, desfigurando deste modo as Declarações dos Direitos Humanos.

A metodologia deste trabalho é de natureza qualitativa bibliográfica, cujo referencial teórico apresenta diversos recursos bibliográficos como dissertações, teses, livros e revistas eletrônicas impressas, não somente dos textos de Agamben, mas outras fontes secundárias relevantes para o tema proposto, como algumas obras de Hanna Arendt (2005), Michel de Foulcault (1988), e Michel Hardt e Antônio Negri (2001), entre outros. Estes fornecem teorias e reflexões que embasaram este trabalho que foi sistematizado em três capítulos.

O primeiro capítulo consiste em elaborar uma breve contextualização da vida, obra e os principais conceitos chaves do pensamento do autor intitulado de *homo sacer*, poder soberano, vida nua e Estado de exceção que são predominantes na atual conjuntura político-jurídico na sociedade moderna.

No segundo capítulo é abordada a inclusão da vida natural (*zoé*) no seu processo de transição da política ocidental clássica em uma biopolítica, exercidas por técnicas disciplinares e controladoras, estimuladas pelas forças de produções econômicas, através do sistema capitalista e o avanço da tecnização progressista, que reduz a vida humana a uma máquina antropológica, cujo corpo é administrado pelo capitalismo como um recurso natural humano, gerindo desse modo o acúmulo de capital.

Por conseguinte, o terceiro e último capítulo situa-se sobre a aplicabilidade da vida nua nos sistemas políticos contemporâneos, acerca de uma vida desprovida de direitos e fragilizada pelo poder soberano estatal, aplicada através do dispositivo do biopoder, instaurado como estratégia governamental que cai como uma luva, perante este surto pandemiológico do *Covid-19*, provocando o pânico coletivo e o medo na sociedade, e consequentemente, a implementação de normas, regras e medidas preventivas impostas pelo Estado com o objetivo de não tornar-se um colapso à saúde pública e nem privada, sendo metas propostas utilizadas em segundo plano, negligenciando o direito à vida dos cidadãos, principalmente os idosos, considerados "sujeitos inúteis" na ordem social descuidando do "bem" como fim último da sociedade.

Portanto, o presente trabalho é de uma fundamental relevância para compreender o biopoder diante da atual globalização econômica enquanto não houver uma verdadeira discernibilidade entre vida e poder, o corpo biológico e o bem comum, tendem a ser totalmente incinerado pela máquina capitalista. Logo, os valores humanos, a perca da moral-ética e a desvalorização do ser vivente, torna-se cada vez mais evidente na política que faz descaso da dignidade humana reduzindo a vida como mero lixo humano.

2 GIORGIO AGAMBEN - O FILOSOFO DO SÉCULO XXI

Inicialmente, pretendemos aqui discorrer sobre a vida de Giorgio Agamben, enfatizando sua formação e produção intelectual, a qual ganhou notoriedade e receptividade no âmbito jurídico-político contemporâneo, destacando-se também no cenário acadêmico, e colocando-se também em posição de diálogo com outros teóricos como Michel de Foucault, Hanna Arendt, Carl Schmitt e Jeremy Benthan.

Faz-se necessário deslanchar as concepções fundamentais de sua filosofia crítica política, para que haja uma melhor compreensão e esclarecimento dos termos relacionados, conforme serão apresentados para descrever o processo de indiscernibilidade entre poder e direito no atual cenário político, enfatizando a compreensão do dispositivo do biopoder como instrumento de controle sobre o pensamento, o agir e a vida biológica da população, por meio de mecanismos que atuam sobre o corpo biológico do indivíduo, nos séculos XVII e XVIII nos limiares da Idade Moderna, dentro do contexto sócio-político greco-romano.

2.1 Vida e obra

Nascido em Roma em 1942, Giorgio Agamben, de nacionalidade italiana, filho da cidade de Veneza, é um dos filósofos mais instigantes da atualidade. Autor de obras que refletem desde a estética até a política. Entre suas ideias destacam-se os conceitos de *homo sacer*, estado de exceção e vida nua. Seu nome destaca-se cada vez mais como o filósofo contemporâneo do século XXI. Em sua pesquisa, exige-se um retorno às origens do período clássico ocidental, seguindo pelo viés da autonomia basilar do poder político sobre a vida humana (*vita*) das cidades clássicas Ocidentais, voltada para a seguinte fórmula *Vitae Necisque Potestas*, "direito de vida e de morte" (AGAMBEN, 2007, p.95) na esfera política grega.

A partir de suas obras, vêm conquistando uma posição de destaque nos cenários acadêmicos e no âmbito político-jurídico, principalmente a partir de sua obra *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I* (1995), traduzido por Henrique Burigo (2007), editora UFMG. Agamben[1] formou-se em Direito em 1965, debruçando-se sobre o pensamento político de Simone Weil[2]. De 1966 a 1968, foi aluno de Martin Heidegger, com quem estudou Heráclito

---

[1] Cf. (JUNGUES, Márcia). Cadernos IHU em formação Ano 9 – Nº 45 – 2013, p. 5

[2]Simone Adolphine Weil, nascida em Paris no dia 3 de fevereiro de 1909 é uma das mais importantes filósofas do século XX. Em sua breve vida, vivenciou as duas Grandes Guerras. Ela faleceu aos 34 anos, no dia 24 de agosto de 1943 na cidade de

e Hegel, e em 1974 transferiu-se para Paris, onde de 1986 e 1993, dirigiu o Collège International de Philosophie. De 1988 a 2003, ensinou nas universidades de Macerata e de Verona. De 2003 a 2009, lecionou Estética e Filosofia, no Instituto Universitário de Arquitetura (IUAV) de Veneza. Hoje dirige a coleção "Quarta prosa" da editora Neri Pozza, na Università IUAV, em Veneza (JUNGUES, 2013, p. 8).

Para aprofundar sua obra em destaque, ele retoma a filosofia ocidental grega, através das obras clássicas de Aristóteles como *Política*, *Metafísica* e *De Anima*, bem como ressalva também as obras dos pensadores contemporâneos como *A Condição Humana*, de Hanna Arendt, e como o ápice de seu projeto, recebe influência do francês Michel de Foulcult, com sua obra *A História da Sexualidade I - A vontade do Saber* (1988). Giorgio Agamben, compunha sua tetralogia de investigação filosófico-política, iniciando com a obra *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I* (1995), *Estado de Exceção, Homo sacer II* (2003); *O que resta de Auschwitz*, O arquivo e a testemunha, *Homo sacer III* (2008) e a mais recente *Homo Sacer IV*, conforme aborda Costa[3] (2006, p. 131), sendo que, essa última investigação para completar sua pesquisa foi publicada em (2014) pela editora *Neri Pozza*; *O Uso dos corpos* e além dessas, destacam-se outras obras como, *O reino e a Glória* (2007) e *Profanações* (2006), dentre outras.

Importante ressaltar, que Agamben, ainda vivo, vincula-se ao pensamento do filosofo francês Michel de Foucault[4], impedido pela morte de desenvolver seu projeto investigativo no âmbito biopolítico e, assim, ele aproxima-se, e ao mesmo tempo distancia-se dos conceitos foulcauteanos, bem como enfatiza , o pensamento de Hanna Arendt, que o leva a questionar a relação da vida diante dos regimes totalitários bem como, o desenvolvimento do sistema capitalista, ocultando uma força biopolítica gerada pela violência do poder totalitário e os campos de concentração, ausentes de "normas e regras", o qual Agamben refere-se como o novo paradigma biopolítico moderno (AGAMBEN, 2008, p.12).

Ashford (Reino Unido), sem ter podido presenciar a derrocada do nazismo e a libertação da França do jugo da Alemanha hitlerista.

[3] COSTA, Flávia. Revista do Departamento de Psicologia - UFF, v. 18 - n. 1, p. 131-136, Jan./Jun. 2006 p.131

[4]Michel Foucault foi um filósofo e professor da cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France desde 1970 a1984. Suas obras situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. As suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Cadernos IHU em formação Ano 9 – Nº 45 – 2013, p. 8

Em suas investigações políticas, Agamben identifica essa força biopolítica como "uma política de governo que atua sobre a vida da população" (CARVALHO, 2019, p. 27), desde a era clássica relaciona-se as formas autoritárias de um poder patriarcal (*pater família*) já existente na sociedade clássica, enquanto Foulcault só retratou esse poder exercido sobre a vida humana, através do aperfeiçoamento tecnológico e científico, ocorridas nos séculos XVII e XVIII na era moderna.

2.2 Conceitos fundamentais da filosofia de Giorgio Agamben

Para a investigação presente, nota-se a relevância de abordar os conceitos predominantes que, compõem a obra agambeniana *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I,* contribuindo desse modo, em uma reflexão crítica acerca da política e do direito na atualidade, que são questionados diante do atual descaso com a vida biológica colocada em questão pela força soberana moderna.

2.2.1 O *Homo sacer* e a vida sacra

Agamben segue pela vereda do gramático romano *Festo*, do latim *sacer mons* (2007, p.79) para compreender e analisar a atual forma de vida no sentido biológico exposta a força do poder do Estado na sociedade contemporânea que se situa até mesmo sob a condição da dignidade humana.

Nesse intuito, ele adere a ambígua figura do verbete *Homo Sacer* (homem sagrado), aquele homem separado e excluído da vida normal dentro da sociedade pelo direito, cuja vida biológica é exposta à violência, à fragilidade e ao descaso de exercer sua cidadania, recaindo sobre si drásticas consequências morais e éticas. Entrelaça-se sob a situação de vulnerabilidade e abandono da lei pelo poder soberano, reduzindo o sujeito a condições desumanas, geradoras de morte na sociedade.

Por este viés, Giorgio Agamben (2007, p. 90) nos apresenta uma dupla exclusão (*sacratio*)[5] tanto do direito humano (*ius humanum*) quanto do direito divino (*ius divinum*) tanto do âmbito religioso quanto do profano. Soma-se a isto, segundo Carvalho "o homem é submetido, somada a exposição à violência, é o que define a sua condição de *sacer* (CARVALHO, 2019, p.147).

---

[5] A sacratio é a estrutura da soberania na qual se pode matar sem que se cometa algum crime (SOUZA, 2017, p.75)

Nesse sentido, o diagnóstico político que Agamben relaciona a figura do *homo sacer* ao indivíduo que comete um homicídio, e não pode de forma alguma ser condenado à morte, porém, no caso de ser morto, quem cometeu o crime não sofreria nenhuma penalidade. No entanto, é privado da vida política e da comunidade religiosa, portanto, encontra-se desamparado da proteção jurídica como do direito divino, deploravelmente seu modo de viver relaciona-se à vida sacra, ou seja, uma vida insacrificável e, todavia, matável[6] de acordo com o pensamento do autor (2007, p. 90).

Agamben define vida sacra como a zona de indistinção na qual, implicando-se e excluindo-se um ao outro, estes se constituem mutuamente (AGAMBEN, 2007, p.98). Por outras palavras, vale ressaltar que a vida sacra é a vida própria do *homo sacer* (matável e insacrificável) uma vez que, excluída, exprime uma relação de submissão dele com o ambiente social inserido eminentemente no ambiente político clássico, no qual o poder soberano está inserido. Coincidentemente mantém-se, ao mesmo tempo, uma relação de pertencimento e abandono do direito.

Desse modo, Agamben, afirma que:

> *Homo sacro* é, portanto, aquele que o povo julgou por um delito e é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio, na verdade, na primeira lei tribunícia se adverte que se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será considerado homicida. Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado sacro (AGAMBEN, 2007, p. 79).

Isso significa que aquele sujeito que foi excluído da sociedade em virtude do consentimento de algum delito, e que por ter sido excluído pode ser morto impunimente, mas não deve ser sacrificado aos deuses, ou seja, sua vida ao ser retirada de esfera sagrada leva uma vida profana, consequentemente não sofre nenhuma penalidade jurídica ou religiosa, ficando suspenso pela lei de exercer sua cidadania. Desse modo, o indivíduo encontra-se em situação de vulnerabilidade social, cuja vida biológica é ameaçada e excluída sua dignidade pela força da lei, reduzindo a uma simples vida animal (*zoé*); logo podemos assim atribuir este

---

[6]Os termos insacrificabilidade e matabilidade estão diretamente relacionados às ideias apresentadas por Giorgio AGAMBEN [2002] e constituem-se em elementos irrenunciáveis na determinação das questões afeitas ao poder soberano e à biopolítica. Essa condição de matabilidade conduz a pessoa ao abandono, excluindo a significação da do extermínio arbitrário do universo regido pelo Direito. Francisco Ilídio Ferreira Rocha, p. 196.

homo sacer aos marginalizados, sem teto, os negros e os refugiados, bem como todos os esquecidos e exonerados pela força da lei.

Giorgio Agamben utilizou-se deste termo para representar sua crítica sombria à política moderna no mundo globalizado, resgatando a obscura figura do direito romano arcaico anteriormente citado, na qual a vida humana é tratada como um "refugo humano", como afirma Zygmunt Bauman (2005, p.44). Entende-se que os seres humanos estão sendo excluídos, deixados do lado de fora do mundo social, considerados até mesmo um lixo humano e em condições sub-humanas, em situação de abandono. Assim compara Bauman na sua obra *Vidas desperdiçadas* (2005) com o *Homo Sacer* de Giorgio Agamben (1995).

Seguindo por este viés, o filósofo e sociólogo polonês, Zygmunt Bauman reafirma a caracterização referente ao *Homo Saucer*, da seguinte maneira:

> A vida de um *Homo Saucer* é desprovida de valor, seja na perspectiva humana ou divina. Matar um homo Saucer não é um delito passível de punição, mas sua vida não pode ser tirada num sacrifício religioso. Privada da significação humana que só a lei pode conferir, a vida do *homo saucer* não é crime nem sacrilégio, mas pela mesma razão não pode ser oferenda (BAUMAN, 2005, p.44).

Neste sentido, a figura do *Homo Sacer* é do direito representado como forma de exclusão. O sujeito abandonado pela lei e pelo sagrado no sentido negativo, ou seja, um grupo de pessoas que ofenderam aos deuses merecem ser castigados, rebaixados a uma mera vida animal, postos fora da jurisdição humana, totalmente desumanizados pela própria lei, portanto, são "excluídos tanto da comunidade religiosa como da vida política" (AGAMBEN, 2007, p.189).

Vale ressaltar que Agamben utiliza-se tanto a figura do *homo sacer* como do mulçumano (*muselmann*) para representar o homem judeu e os detentos do campo de concentração, em sua obra *O que resta em Auschwitz* (2008) para expor as experiências sub-humanas com o corpo humano existentes no campo de concentração, que começam onde acaba a dignidade humana. Assim, a vida e o poder se entrelaçam, cuja humanidade é reduzida ao nada; tais experimentos desumanizantes são relacionados à vida natural do *Mulçumano* como "o não-homem que habita e ameaça todo ser humano à redução sinistra da vida humana à vida nua" (AGAMBEN, 2008, p.14).

Em outras palavras, é a desconfiguração ou a destituição dos direitos, das normas e regras jurídicas que são subtraídas pelo poder político moderno e que confunde-se com a

própria ação sobre a vida, gerando, assim, um processo de indiscernibilidade entre vida e poder, *zoé* (mera vida comum) e *bios* (vida politicamente qualificada): a interseção entre ambas provoca a perca da própria identidade do sujeito excluído, que torna-se irreconhecível diante da lei, em que justiça e violência se abraçam e confundem-se no próprio agir humano.

Assim, a não aplicação das normas e regras tornem-se normais, no sentido de esquecimento, consequentemente o indivíduo é reduzido à situação de indigente na sociedade moderna, sem condições físicas e dignas de existência e como segue o autor italiano: a ausência de normas (de *nomoi*), faz do campo de concentração, paradoxalmente, "o paradigma biopolítico do moderno" (AGAMBEN, 2008, p.13).

Por oportuno, Ésio Francisco Salvetti, confirma em sua tese a figura metafórica agambeniana, ressaltando que:

> *O Muselmann* é a figura que passou a ser o paradigma da biopolítica contemporânea, uma vida reduzida à pura existência biológica. Muçulmano (*Muselmann*) era o apelido que recebiam, nos campos, aquelas pessoas que por seu grau de degradação física e psíquica tinham se debilitado ao extremo, ao ponto de assemelhar-se em "esqueletos ambulantes". A debilidade física atingia suas funções neuronais, ao extremo, até perderem a capacidade de raciocínio. Eram meros corpos ambulantes. (FRANCISCO, 2017, p. 89).

Em outras palavras, Agamben salienta o cruzamento entre vida e a morte, humano e o sub-humano, o ser reduzido biologicamente às condições desprezíveis, desconfigurado, sem condições de sobrevivência, desafiando a própria "linguagem", o que diferencia dos outros animais. Desse modo, ele caracteriza a vida natural do indivíduo na sociedade contemporânea, que aos poucos perde o direito de se expressar, de lutar por seus direitos; são silenciados pela força imanente de uma política totalitária moderna, apresentada numa sociedade de massa consumista, hedonista, neoliberal, e que aos poucos perde-se o direito e a dignidade humana como se fosse um prisioneiro de campo de concentração, que abandona toda sua esperança e encontra-se incapaz de discernir entre o bem e o mal.

Em suma, *homo sacer* e *mulçumano* são seres retirados da vida normal, por ter sido condenados por algum ato homicida, revelando-se fora e desprotegido pela lei, como um ser sem valor, sem dignidade, sem voz e vez, cuja vida nada vale. Consequentemente, sua vida encontra-se excluída tanto do direito humano quanto do divino, reduzido ao seu sentido inumano, cujas condições de sobrevivência são deploráveis e negligenciadas pelo poder político e o direito jurídico, sem nenhuma ressignificação.

IC-UFPI BIBLIOTECA
13.499 03/12/2021

2.2.2 Do poder soberano ao biopoder - fazer morrer e deixar viver

De acordo com as investigações de Giorgio Agamben, ele retoma e dialoga com conceito de soberania de Carl Schimtt[7], apresentado na obra, *Teologia Política*-2006 (*Politische Theologie*). Ao identificar a definição schmittiana da soberania, Agamben de maneira similar retoma o mesmo conceito de forma paradoxal "O soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico" (2007, p. 23). Nesse sentido, o soberano que aplica a lei, ao mesmo tempo, encontra-se fora dela, mas não está totalmente fora, mantém uma relação de exclusão-inclusiva, entre o externo e o interno que se entrelaçam e se confundem ao mesmo tempo.

Para Schimtt, o soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção (AGAMBEN, 2007, p.19). Para melhor entendimento, soberano é aquele que tem o poder de decidir ou suspender à validade da norma em um determinado território, criando e garantindo uma determinada situação, a qual possa validar ou suspender à lei, mediante determinada situação exposta na sociedade. Além disso, tem o poder da última decisão, a fim de reestabelecer a ordem. Partindo da obra *Carl Schmitt revisitado*, os autores Carlos Blanco e Luís Pereira, afirmam que:

> [...] nenhuma norma pode ser aplicada a um caos, e se é necessária uma ordem para que as normas possam vigorar, uma decisão soberana que suspenda a normal vigência das normas não é pensada por Schmitt como uma anulação propriamente dita destas mesmas normas, mas como uma sua reposição através do exercício de um poder soberano que as pode suspender na medida precisamente em que as pode representar (BLANCO e PEREIRA, 2014, p.15).

Seguindo pelo viés jurídico, a norma tem a função de ordenar uma determinada situação criada pelo poder soberano; desse modo, pode-se validar o direito, a lei e, assim, agir sobre o comportamento humano, administrando a sociabilidade e o bem estar social de cada indivíduo, cujo poder nas mãos de aplicar ou não é daquele que tem o poder da última decisão (soberano).

Seguindo pela vereda, o filósofo italiano acentua que o soberano, desde a época clássica, é considerado o paradigma de força autoritária da política ocidental, que na comunidade política clássica era consubstancialmente condicionada à violência doméstica nas

[7] Cf. (AGAMBEN, 2004, p.56). O soberano, que pode decidir sobre o estado de exceção, garante sua ancoragem na ordem jurídica. Mas enquanto a decisão diz respeito aqui à própria anulação da norma, enquanto, pois, o estado de exceção representa a inclusão e a captura de um espaço que não está nem dentro (o que corresponde à norma anulada e suspensa).

relações autoritárias por excelência, expressa sob a fórmula *vitae necisque potestas*, "direito de vida e de morte", que representa o poder do *pater* sobre os filhos homens na comunidade política (AGAMBEN, 2007, p. 95).

Tendo em vista este processo de indistinção entre *pólis* (*bios*) e o *oikôs* (*zoé*) na esfera política clássica social, estabelece-se uma correlação dos termos aristotélicos "*Bia e Dikê*, violência e justiça" (AGAMBEN, 2007, p. 37) que entram em confronto e não há uma identificação *a priori* específica ao termo vida, seja animal ou humana em seu sentido biológico, pois tais concepções reduzem o humano em inumano, o ser humano sem perspectiva de vida. Consequentemente, a violência contra a dignidade humana e sua cidadania é inserido por meio desta zona de indistinção entre ambos os termos perdem sua identidade moral na modernidade.

Desse modo, é profundamente notável a desfiguração do humano, enquanto sujeito apolítico, operado pela mão do mais forte (*nómos*)[8]. Vale ressaltar que a atual conjuntura política na sociedade moderna vivencia pelo poder governamental a desfiguração humana da herança política e ética-moral da sociedade clássica, usurpando o bem comum e a felicidade (*eudaimonia*) como centralidade da vida política.

Não obstante, Foucault na sua obra *Em Defesa da Sociedade*, apresenta uma fórmula resumida com relação ao poder soberano, no que tange, ao paradoxo referente ao velho direito de "causar a morte ou deixar viver", foi substituído por um poder de "causar a vida ou devolver à morte". Dentro desta perspectiva, o autor francês, esclarece que:

> [...] uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver - com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito e que se instala: 0 direito de fazer viver e de deixar morrer (FOUCAULT, 2005, p.287).

Na modernidade o poder dominante visa, neste sentido, regular e administrar o biológico humano, garantindo-lhe as condições dignas para a satisfação das necessidades básicas do indivíduo como escola, saneamento básico, saúde pública, lazer, segurança, enfim, a população passa ser objeto dos cálculos do governo. No entanto, esta nova forma do poder

---

[8] Nómos soberano é o príncipio que, conjugando direito e violência, arrisca-os na indistinção. (AGAMBEN, 2007, p. 38).

político de gerar vida entra como forma de investimento, controlando e disciplinando a consciência humana através de sofisticadas tecnologias políticas investidas sobre a vida natural, a fim de produzir corpos úteis e dóceis, conforme seus interesses econômicos, objetivando a ascensão do lucro e do capital humano, cujo triunfo do sistema capitalista não teria sido possível sem a aplicabilidade dessas práticas disciplinares, como forma de regular e gerenciar vida, promovendo uma auto-sustentação econômica.

Dentro deste conjunto de práticas sociais refletidas, Foulcault atribui ao novo poder que instala-se no corpo biológico, inseridas pelas relações de força entre governantes e governados, através do dispositivo do biopoder[9], certamente, surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos, de modo que, possa administrar de forma relevante a população, ressignificando sua realidade corpórea como objeto central de produção econômica.

Tendo em vista os conceitos de Foucault, aparece uma fórmula resumida com relação ao poder soberano "Poder-se-ia dizer que ao velho direito de fazer morrer ou de deixar viver se substituiu um poder de *fazer* viver ou de *resgatar* da morte", ou seja, neste primeiro sentido volta-se ao poder soberano dos reis, cujo seu poder autorizava matar o seu súdito, no entanto, a segunda faz referência ao poder disciplinador das sociedades atuais (ESPOSITO, 2010, p. 58).

Desse modo, Roberto Esposito, corrobora afirmando que:

> O poder exercido no interior do poder atómico revela-se capaz de suprimir a vida. Por conseguinte, de suprimir-se a si próprio como poder de garantir a vida. De modo que, ou tal poder é um poder soberano que usa a bomba atómica, e nesse caso já não pode ser biopoder, isto é, poder de garantir a vida como se tornou a partir do século XIX; ou, pelo contrário, no outro extremo, não teremos já a supremacia do poder soberano sobre o biopoder mas sim a supremacia do biopoder sobre o poder soberano (ESPOSITO, 2004 p.67).

Portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, o poder sobre a "população" enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, um poder de "fazer viver". A soberania fazia morrer e deixava viver, e eis

---

[9] Biopoder, isto é, poder de garantir a vida como se tornou a partir do século XIX; ou, pelo contrário, no outro extremo, não teremos já a supremacia do poder soberano sobre o biopoder mas sim a supremacia do biopoder sobre o poder soberano (ESPOSITO, 2010, p.67).

que agora aparece um poder que pode ser chamado de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (FOUCAULT, 2005, p. 294).

De fato, a origem do poder político e a definição de soberania consistem na vitória de um lado sobre o outro, no entanto, é a vitória que faz de um, que o faz soberano, e de outro, o súdito (HARDT e NEGRI, 2001, p. 115). Assim sendo, prevalece o poder de quem tem o poder de decisão final sobre a vida no âmbito jurídico. Dessa maneira, o soberano é quem tem o último poder de decisão em deixar viver ou deixar morrer, criar e garantir a situação para que assim a lei vigore ou não.

O filósofo Carvalho ao citar Agamben faz referência a teoria foulcaulteana sobre a passagem do poder soberano para o poder biopolítico, um poder de morte para um poder de vida, precisa ser revista. Isso porque no século XX, a produção biopolítica que incide de tal maneira sobre a vida, não apenas controla o biológico, como tinha pensado Foulcault, mas possibilita um cuidado à vida, do ponto de vista da economia (CARVALHO, 2019, p. 85). Isto é, o Estado passa a gerenciar a vida humana, administrando com medidas que promovam o controle da consciência humana e a produção de uma liberdade sem autonomia. Assim, o indivíduo se submete às mais variadas manipulações totalitaristas desenvolvidas no interior da sociedade moderna, tendo em vista a mão de obra qualificada imediata.

Dentro desta perspectiva, o filósofo francês afirma que "nos limiares da Idade Moderna, pela primeira vez, o biológico reflete-se no político" (FOULCAULT, 1988, p.133), bem como a dimensão corpórea adentra a sociedade moderna, cuja espécie humana torna-se alvo e jogo de estratégias políticas. Subtende-se que o homem tem necessidade de sobrevivência; por isso, necessita de condições de existência, saúde, educação, trabalho e direitos perante o poder estatal e cujos investimentos lhes garante condições básicas de sobrevivência, dentro do contexto social aplicáveis sob a forma de políticas públicas em prol da dignidade humana; desse modo, a política exercida pelo biopoder converte-se em tanatopolítica[10].

Em suma, o poder soberano é aquele cuja capacidade de suspender a validade da lei, aplicando e ao mesmo desaplicando, ou seja, a lei está fora do ordenamento jurídico. Portanto, o próprio soberano cria e garante a situação para a execução da norma, sendo assim não existe

---

[10] A biopolítica, como uma política de governo que atua sobre a vida da população, tem o seu campo de atuação a vida do ser humano, especialmente a vida biológica; ela traz consequências éticas ao interferir no sistema de valores do ser humano dando prioridade ao sistema capitalista. A sua atuação no controle da vida, por meio do biopoder, transforma a política do cuidado da vida, em política da injustiças sociais, o que torna uma tanatopolítica (CARVALHO, 2019 p.28).

nenhuma norma que não seja aplicada ao caos, mas a situação criada pelo próprio soberano garante aplicabilidade do direito, validando ou não a lei conforme sua decisão.

2.2.3 O estado de exceção como regra na sociedade política moderna

Um dos conceitos utilizados por Agamben para descrever o paradigma de governo dominante na política contemporânea é o estado de exceção. Para Agamben, o estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e que, por força da lei, realiza, ou seja, é aplicada de forma a não ser resolvida, uma norma cuja lei foi suspensa (AGAMBEN, 2003, p.63).

Nesse intuito, vale ressaltar que a partir do descumprimento das normas impostas pelo direito quando suspensas pelo poder soberano são, de certa forma, restringindo os direitos ou anulados pela força da lei sobre a vida do cidadão, reduzindo o indivíduo a desproteção da lei, incluindo o sujeito em uma situação de vulnerabilidade. Desse modo, o poder político assume a centralidade do governo, que para aplicar uma norma é necessário, em última instância, suspender sua aplicação, produzindo, assim, o estado de exceção.

Segundo Mari Castor, exceção suspende os direitos para melhor controlar a vida. Aqueles que caem sob o decreto de exceção se encontram, como novos homo sacer, abandonados ao arbítrio da vontade soberana que decide arbitrariamente sobre a vida dos outros (RUIZ, 2013, p. 36).

Para Giorgio Agamben (2003, p.12) "o estado de exceção apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ter forma legal". Nesse sentido, o Estado usa de dispositivos[11] legais justamente para suprimir os limites da sua atuação dentro do próprio território, a suspensão das próprias normas jurídicas tem efeito de normalidade e legalidade, confundindo-se dentro do próprio ordenamento jurídico, cujos direitos dos cidadãos são incumbidos de uma oculta "decisão soberana, que tem o poder de suspender a lei no estado de exceção e assim, implica nele a vida nua", como acentua Giorgio Agamben (2007, p.90).

A vida humana em situação de exceção é uma vida desprovida de direitos, regredindo à condição de *homo sacer,* aquele que se encontra abandonado pela lei, sem qualquer uso do

---

[11] Segundo Foucault, o dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquiteturas, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. Cf. (CASTRO, Edgar. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009, p.124). O dispositivo segundo Giorgio Agamben deve, pois, capturar na forma da subjetivação o ser vivo, pressupondo-o como aquilo sobre o qual se diz, como aquilo que a linguagem, ao acontecer, pressupõe e abandona.Cf. (AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. Tradução Sevino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 153.

direito, capturada em uma zona obscura ocultada pelo poder político, pois na exceção, o direito se retira de forma legal atuando de maneira ilegal. O soberano decide a aplicabilidade da lei ou não, fazendo, assim, juízo a tal situação de violência, guerra, conflitos de desordem, criada e exposta dentro da sociedade moderna, conforme ressalta Walter Benjamin[12] "o estado de exceção tornou-se regra" (BENJAMIN apud AGAMBEN, 2003, p. 18) transformando-se uma técnica de governo para um paradigma de ordem jurídica contemporânea, justamente porque se tornou permanente e autojustificativo.

Segundo Agamben, na obra *Homo Sacer* compreende a exceção como uma espécie de exclusão que, embora sendo excluída, não está totalmente fora da lei, mas mantém uma relação com àquela na forma de suspensão. Dentro desta perspectiva, o autor argumenta que a lei permanece dentro e fora do ordenamento jurídico, mantendo ainda uma relação exclusiva-inclusiva, ou seja, o que está fora passa a pertencer ao que está dentro, e desse modo, existe um vazio jurídico que se intercalam e entram em um total falta de discernimento, perdendo a identidade humana. Do mesmo modo, o sociólogo Zigmunt Bauman, corrobora nesta linha, afirmando que:

> Do ponto de vista da lei, a exclusão é um ato de auto suspensão. Isso significa que a lei limita sua preocupação com o marginalizado/excluído para mantê-lo fora do domínio do governo pela norma que ela mesma circunscreveu. A lei atua sobre essa preocupação proclamando que o excluído não é assunto seu. Não há lei para ele. A condição de excluído consiste na ausência de uma lei que se aplique a ela (BAUMAN, 2005, p.43).

Com efeito, enquanto a norma se encontra em situação de exclusão, a exceção apresenta-se como um espaço vazio, nos quais os direitos não existem e os sujeitos são reduzidos à mera vida biológica. Em adição, na sua obra *Estado de Exceção* (2003), Agamben dá um novo conceito para o espaço biopolítico existente na sociedade contemporânea, quando exceção torna-se regra no campo político, a população torna-se alvo de um domínio político e a vida humana é reduzida ao simples viver, despojada de toda proteção jurídica. Nesse intuito, Agamben define este espaço biopolítico moderno como *Campos,* o qual delineia como o "espaço que a política perde sua clareza e entra em uma zona obscura de força oculta política entre direita e esquerda, liberalismo e totalitarismo, privado e público, cuja identidade entra

---

[12] Vivendo em um período conturbadoda história (1892-1940), Benjamin assistiu à eclosão de duas guerras e vivenciou a ascensão de regimes totalitários. Vítima das ideologias nazistas e antissemitas, este autor judaico-alemão, filólogo e filósofo, teólogo e marxista, ganhou notoriedade a partir da segunda metade do século XX, devido, sobretudo, ao alcance crítico de sua obra que, embasada na sua filosofia da história, descreve a realidade olhando para o passado, ao mesmo tempo em que aponta para o futuro da humanidade. Cf. Santos, Claudecir. Revista de *Filosofia, Amargosa*, Bahia – Brasil, v.2, n.2, dezembro/2010, p.108

em uma zona de indeterminação" (AGAMBEN, 2007, p.128), cujas necessidade de sobrevivência são violadas pela própria lei.

Para Agamben (2008, p. 7), o campo refere-se ao "espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra". Assim, o italiano identifica no atual contexto político como o campo é o "paradigma do espaço político moderno" (2007, p.129), cuja vida biológica (zoé) é capturada e incluída por meio da própria exclusão-inclusão, dentro do ordenamento jurídico. Ou seja, à medida que o indivíduo é destituído dos seus direitos, é automaticamente amparado pela lei jurídica, que impõe sobre a mesma vida, condições meramente desumanas e antidemocráticas, como, por exemplo, suspensão dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores em geral.

Portanto, a política moderna Ocidental, diante das investigações agambenianas relacionadas aos paradigmas governamentais, tem-se notadamente equiparada ao estado de exceção, através de suas práticas de suspensão da lei incidentes sobre a vida humana (*zoè*). Contudo, é válido ressaltar que:

> Nesse sentido, Agamben ressalta que o estado de exceção, logo não é tanto uma suspensão espaço-temporal quanto uma figura topológica complexa, em que não só a exceção e a regra, mas até mesmo o estado de natureza e o direito, o fora e o dentro transitam um pelo outro. É justamente nesta zona topológica de indistinção, que deveria permanecer oculta aos olhos da justiça, que nós devemos tentar em vez disso fixar o olhar (AGAMBEN, 2007, p.43).

Dessa forma, o estado de exceção tornou-se regra no espaço indiscernível da política entre vida e poder, desqualificando a vida, reduzindo a condições precárias e sub-humanas, retirando o direito do bem viver do indivíduo, deixando-o em situação de vulnerabilidade e fragilidade, dessa forma, as pessoas tornam-se presas fáceis do poder político que passa a controlar e manipular segundo seus interesses, e é nesse contexto basilar que a vida nua, ao mesmo tempo, permanecia camuflada pelas forças políticas e a própria justiça confunde-se com a injustiça.

2.2.4 Agamben e a vida nua

Dentro da abordagem relacionada à vida nua, Agamben enfatiza que desde a antiguidade clássica a vida natural está constitutivamente excluída da comunidade política e confinada a uma mera vida reprodutiva (2007, p.10). A partir deste contexto, o filósofo italiano traz em suas investigações a prefiguração do *Homo Sacer*, a figura do direito romano arcaico, portador da vida nua, ou seja, uma vida pautada na matabilidade e insacrificabilidade,

no sentido de que a vida humana encontra-se desde a era clássica em estado hereditário de exclusão social e em constante abandono, cujos sujeitos são desprotegidos e expostos à morte mediante a força violenta soberana. Conforme afirma Agamben (2007, p.96), "não a simples vida natural, mas a vida exposta à morte (a vida nua ou a vida sacra) é o elemento político originário" da sociedade clássica.

Segundo Agamben, ao relacionar os termos expressos por Aristóteles em relação à vida, que analisou sob a forma de dois prefixos gregos, sendo o primeiro a (*zoé*), vida biológica, natural, comum e vulnerável, excluída no mundo clássico da pólis, pois o que possui valor é a vida política e a (*bios*), vida politicamente qualificada, ética e cidadã, protegida pela lei. Além de distingui-las, expõe uma separação entre ambas concepções relacionadas respectivamente em seus lugares, sendo a primeira no âmbito da *oikós* (família) no mundo clássico a (*zoé*), e da (*bios*) na comunidade política. Contudo, essas duas formas de vida, referente ao corpo biológico e o corpo político transitam incessantemente um pelo outro, como relata Agamben "os dois corpos contraem-se drasticamente um sobre o outro" (AGAMBEM, 2007, p.190).

Porém, Agamben identifica nas relações de despotismos existentes na sociedade grega, criadas pela figura superpoderosa do soberano, através da premissa Direito de vida e de morte (*Vitae necisque potestas*) traduzida como uma situação meramente voltada para a vida exposta à morte, sendo que, o escravo, a mulher e o próprio filho são considerados submissos e inferiores ao estilo de vida qualificada. No entanto, um visava apenas o simples fato de viver ou a mera reprodução (*zoé*), por outro lado, a segunda objetivava um modo próprio de vida, viver bem ou vida politicamente qualificada (*bios*).

Por esse viés, o francês Michel de Foucault relaciona essa figura jurídica (soberano) a um tipo histórico de sociedade em que o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos (FOCAULT, 1988, p.127).

Com base nesse argumento, vale ressaltar que diante do poder estatal que investe na qualidade de vida e oferece condições básicas de sobrevivência, atua investindo e custeando a vida natural, decidindo sobre a vida do indivíduo, deixando-se fazer escravo (uso do corpo) como meio de produção econômica, comercializando o corpo biológico, viabilizando seus interesses; por outro lado o mesmo, suprimi e legitima indiretamente a própria vida, privando

a sua liberdade, programada pelo sistema capitalista que reverbera uma falsa sensação de satisfação pessoal. No entanto, Agamben, constata que,

> [...] o resultado dramático dessa mudança foi a animalização do homem, posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas. O paradigmático é que surgem na história possibilidades de proteger a vida, mas, ao mesmo tempo, autoriza-se seu holocausto (AGAMBEN, 2007, p. 11).

Para Agamben, o conceito de vida nua[13] refere-se à vida totalmente extinta de um aparato protetivo, colocada à mercê de sua própria sorte. Na obra *O Uso dos Corpos*, Agamben expõe que a vida nua que era "o fundamento oculto da soberania que tornou-se em qualquer lugar a forma de vida dominante" (2017, p.235). Nesse sentido, é importante ressaltar que a vida biológica, desde o início da humanidade, destacando a era clássica, era consubstancial a vida nua, desprovida e vulnerável aos comandos do poderio soberano existentes no contexto político clássico e que, ao longo dos séculos perpassa todo itinerário político mundial, pois efetivamente, a vida política no ocidente segundo Agamben (2007, p.15)) nasce de uma exclusão e ao mesmo tempo é implicação da *vida nua.*

De acordo com o pensamento agambeniano a vida biológica reflete nos excluídos da sociedade: os marginalizados, os refugiados, os indígenas e os idosos, sendo referida por ele como uma vida nua, que reduz a dignidade de sobrevivência do cidadão a mera vida animal, sendo que, cada vez mais a exceção soberana sacrifica milhares de vidas, exonerando investimentos que seriam usados na promoção de melhorias de vida em saúde pública, saneamento básico, educação, salário e moradia, dessa forma, desassistindo diretamente a vida humana, decretando o indivíduo à condição de *homo sacer.* Contudo, não há mais possibilidades de produção e eficiência econômica ao sistema e ao poder estatal, portanto são consideradas descartáveis e sem utilidade de lucros.

Dentro desta perspectiva, Salvetti afirma que:

> [...] um paradoxo na relação da vida com o "poder": os sistemas (Mercado e Estado) se interessam por cuidar dela porque a veem como possibilidade da produtividade, da eficiência, ou seja, da utilidade. Contudo, se desinteressam e a abandonam quando essa mesma vida não pode mais contribuir, não é mais útil. Quando os interesses estratégicos tomam a vida como um meio

[13] A concepção de vida nua é originaria em Benjamin, mas Agamben faz uma leitura própria do conceito, pois parte da sua presença sempre constante em nossa cultura, desde as suas origens no direito romano, perpassando pela experiência moderna que atravessa, necessariamente, vidas humanas desprovidas de direito (PEIXOTO, 2020, p.94) cf. Investigação Filosófica ISSN 2179-6742 Macapá, v. 11, n. 1, p. 93-104, 2020

> podem abandoná-la quando não for mais interessante. As práticas biopolíticas põem em xeque a singularidade da existência dos humanos como seres viventes e a vida humana fica reduzida à mera vida natural, ou seja, o humano é assimilado ao biológico; é naturalizado como elemento eficiente para a consecução de resultados institucionais (SALVETI, 2013, p.46).

Com efeito, a vida humana reflete como recurso natural de economia política dos poderes governamentais que destituem ou excluem os direitos humanos, cuja dignidade é rebaixada pelas administrações estatais, favorecendo seus interesses institucionais, desaplicando a lei sobre a vida biológica, desmerecendo seus direitos conquistados, seus valores, sua ética e sua cidadania, condenados ao esquecimento político social.

Em suma, "Vida nua" refere-se à experiência de desproteção, a subtração da vida no sentido biológico, ao estado de desconfiguração da dignidade humana, ferido pelo poder operante, oculto e indiscernível pelo direito, camuflado pela própria lei, submetendo a redução dos valores morais, éticos e cristãos, sem direito à sobrevivência, inerente desde a herança tradicional do Ocidente, como enfatiza o italiano Agamben, que resgata a figura do *homo sacer*, representando, assim, a descaracterização do ser humano, condenado à vida banida, exposta à morte e ao esquecimento, que adentra a contemporaneidade atualizando-se nos campos de concentração biopolítico moderno.

3 A VIDA BIOLÓGICA (*ZOÉ*) NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA POLÍTICA À BIOPOLÍTICA

O presente capítulo discorre sobre a vida em sua dimensão biológica corpórea é a centralidade da força política moderna, como afirma Hanna Arendt em sua obra *A Condição Humana.* A cerca do tema, faz-se relevante observar como a vida biológica ou natural em seu itinerário cronológico clássico transita de uma forma de vida exposta a violência social e exclusão. Assim, o poder soberano, com suas normas, converge em um comando de relações de forças políticas sobre o corpo-espécie e, com o advento da Idade Moderna, emerge uma inversão de valores morais atribuídos ao poder estatal que investe sob o corpo como produção econômica, qualificando a vida biológica e utilizando-se de mecanismos e disciplinas que interferem no comportamento humano, domesticando e controlando a consciência e o agir humano.

3.1 A *zoé* na esfera da sociedade política

Agamben retrocede até a política aristotélica para apontar que a civilização grega utilizava-se de dois termos para distinguir sobre aquilo que o filósofo expressava referente ao termo vida. Os dois prefixos gregos os quais Aristóteles apresentara como a simples vida natural (*zoé*), uma vida excluída no mundo clássico da *pólis* e que era tida como mera vida reprodutiva no âmbito da ôikôs[14]; bem como, *a bios* que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo em grupo (AGAMBEN, 2007, p.9). Ambos os termos distintos morfologicamente, o homem como pertencente tanto a *zoé* como a *bios,* eram utilizados, segundo os gregos, para separar sua cultura, seus negócios, sua vida social, o homem livre (virtuoso) do não livre (escravo - uso do corpo).

Aliás, essas duas formas de vida colocam o homem em uma posição condicionante e adaptável que o inserem na comunidade política, tornando-o capaz de ir além, qualifica-o como um ser político, ético e moral, capaz de se relacionar e conviver bem. Isso afirma o estagirita na sua obra *A Política* que "o homem é, por natureza um ser vivo político" (1998, p.53). E com isso, mediante os grandes avanços tecnológicos vai "além disso", do simples

---

[14] Castor Mari Bartolomeu Ruiz esclarece que oikôs denomina o espaço da casa em que a vida era governada pelo princípio de desigualdade natural. As atividades de tal lugar eram voltados completamente para o trabalho e reprodução, ou seja, as necessidade básicas da vida. Cf. (SOUZA, Danigui. *A biopolítica em Giorgio Agamben: Estado de exceção, poder soberano, vida nua e campo*. Natal, 2017, p.22)

animal para um ser político e racional, capaz de socializar-se, trabalhar e utilizar sua linguagem. Assim, o filosofo francês Michel Foucault, em suas pesquisas constata que: "o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão" (FOUCAULT, 1988, p. 133). O termo grego *politikôn zôon* (animal político), refere-se ao único animal que possui linguagem, voz e fala, diferentemente dos demais animais, sendo portanto, capaz de se relacionar. É um ser racional, virtuoso diferentemente dos outros animais, sendo, portanto intrínseco o seu valor de viver em sociedade, o viver segundo o bem e capaz de existência política.

Durante séculos a perícope aristotélica acima permaneceu inquestionável. No entanto, a reviravolta moderna incumbiu na sociedade uma nova forma de expressar a vida humana, pois, segundo Hanna Arendt (2007) a "vida biológica em sua dimensão corpórea é a centralidade da força política moderna", desse modo, o corpo é instituído como recurso biológico humano; e seu valor econômico é alvo das estratégias políticas e colocado em questão.

Segundo o pesquisador, Castor Mari, o conceito de *zoé* designa a mera vida natural de todos os seres vivos, era considerada inferior para o poder soberano. Na *zoé* não há liberdade, seu desenvolvimento é conduzido pela necessidade (2007, p. 264). Isto é, a necessidade que predomina sob o aspecto biológico dos indivíduos, regidos pelos instintos puramente animal, vivendo, assim, condicionados à lei da sobrevivência, satisfazendo suas necessidades corporais. Portanto, a *zoé* é submetida às necessidades essenciais da vida e isenta de liberdade, ou seja, a liberdade "era uma condição essencial daquilo que os gregos chamavam de *eudaimonia,* estado objetivo dependente, em primeiro lugar da riqueza e da saúde" (ARENDT, 2007, p.40). Aristóteles, na sua obra *A Política*, argumenta que:

> O homem, por natureza, tende para a mulher, e da união entre ambos se forma a família. A união das famílias forma a sociedade, e da sociedade se concebe as aldeias, e destas, a cidade (*pólis*). Portanto, a família é uma comunidade formada de acordo com a natureza para satisfazer as necessidades quotidianas, por outro lado a aldeia é a primeira comunidade formada por várias famílias para satisfação das carências, além das necessidades diárias (ARISTOTELES, 1998, p.51-53)

Giorgio Agamben, identificou na sociedade clássica, as relações de forças autoritárias que excluíam de sua cidadania as mulheres, os estrangeiros residentes (*Metekoi*) e os escravos, sendo as crianças e anciãos considerados imperfeitos, como afirma Aristóteles, na *Política* (1988, p.24). Era nítida a relação de desigualdade social e separação de cidadania na

pólis. Durante o período clássico a família era considerada somente como meta de reprodução, institucionalizada nas relações *pater família* como formas de governo autoritárias.

Na obra, *A Condição Humana,* Hanna Arendt caracteriza que "a família era o centro da mais severa desigualdade" (2007, p.41). O poder político impõem os seus interesses em detrimento do bem comum, implicando uma situação de vulnerabilidade social na sociedade política em especial com mulheres e crianças marcadas por inúmeras formas de violação de seus direitos presentes na esfera social grega. Nesse sentido, o homem escravo não vive separado da *pólis*, pois existe uma necessidade humana de se relacionar, de conviver e de trabalhar, embora os gregos ignoravam o conceito de trabalho, pois, não compreendiam que a *zoé* poderia trazer um benefício econômico para a *pólis* grega.

Giorgio Agamben, através da releitura da obra de Hanna Arendt[15], *A Condição Humana* (2007) enfatiza na obra *Homo Sacer* a observação analisada pela filosofa em relação à vida biológica. Segundo seu pensamento a "vida biológica em sua dimensão corpórea é a centralidade da força política moderna" (2007, p. 11). Desse modo, o corpo é instituído como recurso biológico humano; e seu valor econômico é alvo das estratégias políticas e colocado em questão. Porém, ganha destaque o *homo laborans*[16] (homem trabalhador) que é inserido no centro da cena política do campo moderno, através da geração de força de produção econômica que, ao compreender às condições da política moderna, facilitam a ascensão do totalitarismo moderno que, permitem a eliminação física bem como a retirada do indivíduo à categoria de cidadão, desumanizando sua condição de ser vivente e político, como relata Foucault: "pela primeira vez o biológico reflete-se no político" (1988, p. 133).

O sociólogo economista Karl Marx faz uma intervenção ao pensamento político clássico, enfatizando que a essência do homem está em sua atividade produtiva e que os homens podem ser distinguidos dos animais pela religião, pela consciência ou pelo que

---

[15] Hannah Arendt nasceu em 1906, em Linden, perto de Hannover, na Alemanha. Passou sua infância em Konigsberg, foge da Alemanha para a França, depois de ter sido presa por envolvimento com a resistência sionista ao nazismo. Cf. (CORREIA, 2007, p. 71). Foi uma teórica política alemã, muitas vezes descrita como filósofa, apesar de ter recusado essa designação. Emigrou para os Estados Unidos durante a ascensão do nazismo na Alemanha e tem como sua magnum opus o livro "Origens do Totalitarismo". O trabalho filosófico de Hannah Arendt abarca temas como a política, a autoridade, o totalitarismo, a educação, a condição laboral, a violência, e a condição de mulher Cf. (Márcia Junges e Greyce Vargas. Cadernos IHU em formação Ano 9 – Nº 45 – 2013, p.

[16] O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida (ARENDT, 2007, p.15).

quiser, mas eles começaram a distinguir dos animais quando começaram a produzir os seus meios de subsistência (REALI, 1991, p.195). Assim, Marx privilegia essa ação produtiva como uma suprema capacidade humana de construir um mundo e o coloca acima de todos os valores, quer sejam moais, éticos e cristãos. Desse modo, o desenvolvimento materialista, a exploração da força de trabalho que suprime a vida, e consequentemente acarreta na privação da liberdade humana em relação ao corpo-espécie, sem tempo para pensar, conviver e lazer, criando uma falsa sensação de homens livres. Assim, Roberto Esposito, refere-se ao pensamento aristotélico, enfatizando o sentido da vida corpórea:

> No que diz respeito à clássica divisão aristotélica, o corpo considerado sob o aspecto político fica mais perto do âmbito da *zoe* do que do *bios* - ou, talvez -melhor, situa-se precisamente no ponto em que essa distinção se dilui e perde significado. O que está em jogo, ou mais exatamente, em constante perigo de extinção, é a vida entendida na sua textura material, na sua imediata intensidade física (ESPOSITO, 2010, p. 90)

Ao retomar as investigações aristotélicas, Agamben (2007, p.37) identifica uma co-relação dos termos aristotélicos, denominada como *enigma,* ou seja, um paradoxo entre *Bia* e *Dikê* (violência e justiça) como ele observa no atual cenário político. O que aqui está em jogo é naturalmente a natureza da relação entre os dois termos de que se compõe a biopolítica (ESPOSITO, 2010, p.30). Consequentemente, a violência física bem como a moral contrapõem a dignidade humana e o exercício do ser cidadão. Dentro desta perspectiva, é notável a desfiguração do humano em inumano, enquanto sujeito político isento de liberdade.

Faz-se importante ressaltar que a vida biológica, desde o início da humanidade, designa uma vida submissa, separada entre o bem viver e o simples viver, destacando-se na era clássica, consubstancial a vida nua, ou seja, desprovida e vulnerável aos comandos de poder existentes no contexto político clássico. Portanto, ela é considerada o cerne do poder político, que controla e manipula por meio de dispositivos disciplinadores e mecanicistas, que aos poucos substituem gradativamente o bem comum, a ética, a justiça e a felicidade da sociedade política por uma política voltada para as injustiças sociais.

3.2 O bem comum como fim último da sociedade política

Aristóteles tende a definir o *bem* como "aquilo que todas as coisas tendem" (ARISTÓTELES, 2015, p.17) ou seja, a finalidade de nossas ações que visa um fim, isto é,

um *télos*. Com as nossas escolhas e as somatórias de nossas decisões deliberadas, nos tornamos indivíduos politicamente qualificados e éticos, conforme os nosso atos. Além disso, pode-se dizer que, o bem é uma atividade na alma e não um estado como diz a filósofa judia Hanna Arendt, em sua obra *A Condição Humana:* "eudaimonia é o estado objetivo dependente, em primeiro lugar da riqueza e da saúde" (ARENDT, 2007, p.40). Entretanto, Agamben, contraria sua afirmação denotando nesta perspectiva como uma atividade em um processo de crescimento, ou seja, construção do ser (indivíduo) em obra da alma; e que consiste no uso perfeito da prática cotidiana das virtudes morais (*aretê*) nos mais diversos ambientes sociais, como reafirma o italiano Agamben, "A felicidade é um ser-em-obra e determinado uso perfeito da virtude" (2017, p. 25).

Entende-se por virtudes morais, segundo Aristóteles como uma "disposição de caráter capaz de escolha e que tanto a razão possa ser verdadeira e o desejo correto, assim, a escolha é realmente boa" (ARISTÓTELES, 2015, p. 154). No que diz respeito as virtudes morais são práticas essenciais relacionadas ao bom viver e a prática constante de boas ações e bons hábitos repetidas cotidianamente na construção do indivíduo ou da comunidade política, cuja finalidade é promover o bem-estar e ordenar a conduta humana.

Dentro da sociedade política clássica, além da relação matrimonial entre marido e mulher, respectivamente há uma relação de comando despótico (*despostikè*) ou seja, uma relação entre senhor e escravo, ao mesmo tempo alma e corpo, ambos devem estar sempre em harmonia, para que não haja uma igualdade ou inversão, pois se ambos ocorrerem, consequentemente, tornar-se-á prejudicial e contra a própria natureza, um tornar-se igual ou sobressair. Nesse sentido, quem comanda é o homem no primeiro caso, no segundo é o senhor que exerce a força sobre o escravo por natureza, assim como, a alma sobre o corpo, pois segundo Aristóteles, citado por Agamben, faz referência ao escravo como "aquele homem cuja obra consiste unicamente no uso do corpo" (2017, p. 23).

Não obstante, os escravos são submissos à voz de comando de homens livres, políticos e autoridades que usufruem de suas disposições físicas, portanto, são pessoas instrumentalizadas, enquanto objeto de propriedade viva, pertencente ao senhor como forma de dominância e sobrevivência do homem político, sendo então, privados de todos os direitos de cidadania. Nesse sentido, o italiano compreende o escravo como um instrumento de ação e um "homem que não é de si mesmo, mas de outro" (AGAMBEN, 2017, p.27). Por sua vez, o corpo do escravo é de suma importância para os senhores feudais, pois a produção

e o progresso de suas riquezas na *pólis*, que dependem do uso de seus corpos para determinadas obras no cultivo na agricultura e manutenção da vida de seus senhores.

Assim, como a família doméstica (mulheres, filhos e escravos) que é representada como sociedade civil, cuja vida natural (*zoé*) são excluídas da cidade clássica, havendo assim, necessidade da contribuição da força do poder estatal para serem educados moralmente, por que a política é uma condição evidente para realização ética do homem e uma vida politicamente qualificada. Portanto, somente o indivíduo inserido na *pólis* é considerado virtuoso e politicamente qualificado.

No entanto, Aristóteles afirma que desse modo não há condições morais suficientes para ser feliz numa comunidade injusta, que não lhes dá melhores condições de sobrevivência, para que o *bem comum* e o *Sumo Bem* possam, de fato, serem realizados pelos governantes, que visem o interesse comum, com justiça e equidade, nas cidades e nas comunidades políticas, uma vez que "a cidade deve ser uma comunidade de homens livres" (ARISTÓTELES, 1998, p. 209).

Por outro lado, o corpo é o alvo da força de trabalho e produção econômica como atividade prática, essencial e natural do *homo laborans*, superando até mesmo sua própria dimensão natural. Segundo Aristóteles "os escravos representam a emergência de uma dimensão do humano em que a obra melhor, "o melhor deles" não é o ser-em-obra (*energeia*) da alma segundo o *lógos*, mas algo denominado "uso do corpo" (AGAMBEN, 2017, p. 23). Com base neste argumento, enfatiza-se o corpo (ser-em-uso) é o melhor que eles podem oferecer e não à alma (ser-em-obra) como construção interior do indivíduo em ser virtuoso e isento de uma vida contemplativa, sendo impossível de alcançar a felicidade da alma e muito menos possuir uma vida boa, pois para alcançá-la, faz-se necessário ter participação na *pólis*.

A meta da comunidade política (*koinonia*) será alcançada por meio de boas ações morais e virtuosas, tendo em vista, o intuito de ordenar a sociedade política para o bem viver e alcançar o S*umo Bem,* como diz *o Estagirita* "o melhor dos bens". Por conseguinte, este bem somente é conquistado por meio das ações boas em comum para com todos os seres humanos, seja individual ou em grupo, que unidos formam uma comunidade política, como afirma o Estagirita: "E o bem em política, é a justiça que consiste no interesse comum" (ARISTÓTELES, 1998, p. 231). Além do mais, sua essência é o viver bem (*tô eu zên*) e não o simples fato de viver comum (*to zên*).

Agamben afirma que a meta da comunidade perfeita dar-se-á "opondo o simples fato de viver (*tô zên*) à vida politicamente qualificada (*tô eu zên*), nascida em vista do viver, mas

existe essencialmente em vista do viver bem" (AGAMBEN, 2007, p.10). Isso significa, que o homem em sua vida biológica, nasceu para uma vida feliz, qualificada e não simplesmente para permanecer estagnado, mas para um evoluir enquanto ser político.

Com efeito, o político é um homem prudente por excelência, que deve priorizar a qualidade de vida para as pessoas como investimentos na saúde, educação, cultura e lazer, proporcionando uma vida boa à população, como finalidade do bem comum da *pólis*, praticando, desse modo, sua arte de governar com prudência e justiça, gerando na comunidade uma política de vida favorável ao viver bem e de forma justa na sociedade.

Segundo Aristóteles, na obra *A Política*, conceitua a cidade como uma certa forma de comunidade e é constituída em vista de algum *bem* (ARISTÓTELES, 1998, p.49). Por outro lado, o comentarista de *A Política*, Francis Wolf, analisa que Aristóteles, não define o termo comunidade com precisão, mas, no entanto, vai afirmar que é um agrupamento de homens unidos por uma finalidade comum, e, portanto, ligados por uma relação afetiva chamada de amizade (*philia*) e segundo relações de justiça (1999, p. 40). A *pólis*, segundo o estagirita é, em parte, um processo biológico, em parte um processo da liberdade humana, embora carregada de conflitos das mais diversas naturezas. A cidade é o lugar essencial e fundamental, para que o homem alcance a felicidade, através da vida na comunidade.

Com efeito, Aristóteles, define amizade como uma substância de relacionamento humano, ou seja, um vínculo de uma convivência íntima, agradável, sobretudo benéfica de realização de si, portanto, estimulado ao bem viver e a vida boa, como resultado de uma virtude política e justa, pois a virtude é a finalidade da vida política (2015, p.21). Nesse intuito, o papel fundamental da *philia* na vida da *pólis* é manter boas relações e influências que possam corroborar no bom desempenho da sociedade política. Ao que concerne à justiça é a prática do bem, mas é esse bem que se faz ao outro, não somente bastando a si próprio, mas comunga e partilha do bem comum, é o que torna o homem moralmente virtuoso e justo, desse modo capaz de ordenar e regular as relações sociais dos membros da sociedade política harmoniosamente. Portanto, Aristóteles, afirma que:

> [...] são as nossas escolhas e as nossas ações que nos constitui moralmente" (ARISTÓTELES, 2015, p.8). No entanto, a partir do nosso agir moral, que nos conduz a exercer uma boa conduta e assim, estabelecer uma relação naquilo que é bom e construtivo. Aliás, são os nossos atos e escolhas, que nos constitui como seres virtuosos, temperante, domesticados, decididos por escolher entre atos justos ou injustos, paixões e apetites ordenados, por fim homens livres, não-escravos de si mesmos, pois "é praticando ações justas que nos tornamos justos" (ARISTÓTELES, 2015, p.42).

Segundo a obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles, afirma que "a finalidade da política era o bem supremo, e o maior cuidado dela é produzir certa qualidade nos cidadãos, tornando-lhes bons e capazes de praticar belas ações (ARISTÓTELES, 2015, p.32). Em concordância com o Estagirita, a essência da cidade como comunidade política perfeita implica no bem agir e no bem viver em comum, almejando o *télos* político, como finalidade de nossas ações morais e virtuosas, exercidas na sociedade política, pois o homem é naturalmente feito para atingir uma vida política, logo, somente aos olhos do homem bom, esse bem se manifesta seja por meio das disposições de caráter, dos valores morais e éticos, ou caso contrário, acarretará consequências éticas na vida dos indivíduos como injustiças, vícios e desordens sociais.

Portanto, o bem consiste como a finalidade máxima de todas as coisas para realização do bem coletivo, cujas ações virtuosas e prudentes revelam o bom governante por meio de sua prudência, que atua no interesse do bem comum na sociedade hodierna, objetivando as condições de sobrevivência com qualidade da ação política sobre a vida dos cidadãos, pois o autor italiano afirma ainda que "uma vida, que não pode ser separada de sua forma, é uma vida para qual, em seu modo de viver, está em questão (AGAMBEN, 2017, p.233)

3.3 O marco de transição da política clássica à biopolítica moderna

Com avanço das novas tecnologias e a disseminação avassaladora da economia industrial a partir do modo de produção capitalista e de correntes racionalistas, materialistas e o pensamento liberal, os sistemas econômicos e o poder estatal centralizaram sua força política sobre a vida biológica, a qual dentro do contexto grego era submissa ao poder patriarcal e destituídas de direitos. Essa transformação simultânea desenvolvida pelo sistema capitalista reconstrói um novo pensar sobre a vida na sociedade que se constrói ao longo dos séculos repercutindo no modo do bem viver pautauda no materialismo e no consumismo.

Os pensamentos ideológicos, infiltrados pela força do império capitalista, rompem, até mesmo com o próprio existir humano, nisto a força predominante consiste em controlar a natalidade e a mortalidade da pessoa humana. Esse controle designado por tal poder econômico regula e adestra o corpo humano de modo irracional que o transforma em uma máquina irredutível de atrocidades, gerando na mentalidade uma alteridade individualista e a

perca de sua identidade como homens livres. Neste contexto, o pensamento agambeniano, afirma que:

> [...] o desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sido possível, nesta perspectiva, sem o controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma séries de tecnológias apropriadas, "os corpos dóceis" de que necessitava (AGAMBEN, 2007, p.11).

Em outras palavras, corpos dóceis se referem ao corpo que passa por processo de aperfeiçoamento, disciplinado, útil, fabricado e mecanizado para satisfazer as necessidades do poder estatal em conformidade com seus interesses pessoais, bem como gerar lucros, ressignificando o corpo produtivo como capital humano reciclando até mesmo sua cidadania.

Mediante o conceito moderno de poder designado por Michel de Foucault como um conjunto de relações de forças de controle, em sua obra *A História da sexualidade - A vontade do Saber I* (1988), reconhece-se que em meados do século XIX com a gênese da modernidade, traz consigo mecanismos e dispositivos de forças institucionalizadoras e controladoras capazes de regular a conduta, o comportamento, hábitos alimentares, formação escolar, jornada de trabalho e até mesmo a liberdade de expressão do indivíduo, sobremaneira o corpo enquanto entidade lucrativa, domesticando e condicionando à vida no sentido biológico como retorno de investimento econômico.

Para Giorgio Agamben, o ingresso da *zoé* na esfera da *pólis*, ou seja, a politização da vida nua como tal constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico (AGAMBEN, 2007, p. 12). Segundo o autor italiano, discorre que:

> [...] a política na execução da tarefa metafísica, que levou a assumir sempre mais a forma de uma biopolítica, não conseguiu construir a articulação entre *zoé* e *bios,* entre voz e linguagem, que deveria recompor a fratura. A vida nua continua presa a ela sob a forma de exceção, isto é, de alguma coisa que é incluída somente através de uma exclusão (AGAMBEN, 2007, p.18).

Segundo a investigação foucaulteana, a partir de sua obra *A História da Sexualidade: A vontade do Saber I* (1988), o pensamento ocidental político, no que se refere ao poder soberano, advém que, nos limites da Idade Moderna, a vida natural antes excluída da *pólis* começa por sua vez a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal e a política se transforma em biopolítica (FOUCAULT, 1988, p.133). Isto é, o poder que antes

centrava-se na cultura de morte, exclusão social e preconceitos existentes na *pólis* relacionada ao poder soberano; em meandros da era moderna, a espécie humana é acessível ao Estado, desse modo os direitos fundamentais como saúde, educação, saneamento básico eram equacionados para lhes garantir condições de sobrevivência.

Nesta perspectiva, Agamben, foca na sua obra *Homo Sacer* (1995) sobre a vida natural (*zoé*) ao ser incluída na comunidade política (*bios*) através de mecanismo controladores na esfera social como fonte de recursos econômicos, acarretando assim, a separação de sua dignidade em relação ao seu corpo biológico, oferecidas por um conjunto de sofisticadas técnicas disciplinares. Do mesmo modo, a vida se torna ameaçada pelos regimes totalitários modernos, que, simultaneamente, o novo biopoder, desenvolvido pelo sistema capitalista, ora autoriza a possível proteção à vida ora autoriza um holocausto, à medida que o corpo lhes seja útil e produtivo para seus fins.

Desta forma, existe uma percepção de Arendt em prol do reconhecimento e valorização da vida em sua condição humana e, portanto, em sua concepção, existe uma inversão do poder de soberania de "deixar morrer" para "deixar viver" cuja preocupação do biopoder "é a natalidade e não mais a mortalidade de uma população" (CARVALHO, 2019, p. 40).

Em uma época áurea, entre os séculos XVII e XVIII, o corpo humano foi instrumentalizado possibilitando a ascensão do poderio econômico. Vale, portanto, ressaltar o sujeito antes desprotegido pela lei e o corpo biológico desconfigurado como objetos do poder político. Com efeito, ao serem incluído na esfera social operam com rapidez e eficácia suas aptidões e capacidades contribuindo na economia estatal pela força da mão de obra de maneira irregular. Por conseguinte, quanto mais se investe na força humana para produção de bens de consumo, por outro lado, se perde sua energia, sua potencialidade de sobreviver e cria-se uma liberdade fabricada como uma falsa sensação de realização pessoal que são reduzidas pela exploração das atividades fabris.

Nas palavra de Foucault, referindo-se ao novo poder de controle sobre a vida, o biopoder, que investido sobre o corpo vivo, foi desenvolvido no século XVII, e apresenta uma dicotomia de poder que se centraliza no corpo como máquina humana, cujos efeitos disciplinares e reguladores são produzidos sob o corpo humano mediante um controle de tempo e espaço no interior de instituições, logo mais à frente no século XVIII, o cerne torna-se o corpo-espécie, como suporte de processos biológicos, como por exemplo a taxa de natalidade, mortalidade, educação, saúde com qualidade (FOUCAULT, 1988, p. 133).

Diante disso, Foucault denomina estes processos disciplinares como anátomo-política do corpo humano.

O indivíduo, enquanto corpo vivente, é institucionalizado, disciplinado e instrumentalizado pelo poder dominante, que extrai dos corpos toda força útil através de sofisticadas técnicas políticas a fim de ordenar, corrigir e modular os corpos viventes objetivando seus próprios méritos econômicos, pois a condição de abandono debilitava sua contribuição para o desenvolvimento de suas riquezas do império estatal. Desse modo Aran e Peixoto, afirmam que:

> A primeira, delas, criada nos séculos XVII e XVIII, consiste em técnicas essencialmente centradas no corpo individual, caracterizada por procedimentos que asseguram a sua distribuição espacial e a organização de sua visibilidade (técnicas de racionalização e de economia destinadas a aumentar sua força útil). O conjunto dessas técnicas compunha uma determinada disciplina. No decorrer do século XVIII, surgiu outra tecnologia de poder que não exclui a primeira mas que, além de integrar o corpo, se dirige essencialmente à gestão da vida (nascimentos, mortalidade, saúde e longevidade). Assim, de uma anátomo-política do corpo passou-se a uma biopolítica da vida (ARAN e PEIXOTO JR, 2007, p.851).

De uma anátomo-política cingida na sujeição dos corpos e voltada para uma aceleração da produção industrializada, passou-se a uma biopolítica fundada no controle da vida, tendo em vista a produção de subjetividades do "eu" vinculada ao modo de vida na sociedade, cuja evolução sociocultural alavanca o capital. No entanto, para esse novo estilo de vida, não interessa mais "fazer viver ou morrer", mas, fundamentalmente, "fazer sobreviver", pois o indivíduo contemporâneo luta por sua sobrevivência. "O que está em questão é a vida nua do cidadão, o novo corpo biológico da humanidade" (AGAMBEN, 2000, p. 17).

Em suma, vale destacar que a inclusão da vida biológica (*zoé*) na esfera social política, bem como a própria vida natural, torna-se objeto de cálculos e investimentos do poder do Estado. Nesse sentido, enfatiza que a comunidade perfeita nasce em vista do viver bem, pois, a política clássica privilegia o bem viver e opõe-se ao simples fato de viver, sendo assim, a política sempre foi biopolítica.

3.4 Do poder disciplinar à sociedade de controle tecnicista

A transmutação da modernidade para a contemporaneidade acarretou uma transformação na sociedade vigente. Seguindo em consonância com a obra *O Império* (2001) os autores Hardt e Negri permitem conectar-se a uma transição histórica, de época, nas formas sociais da sociedade disciplinar para a sociedade de controle dentro do marco transitório da modernidade. Na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle um novo paradigma de poder é realizado, o qual é definido pelas tecnologias que reconhecem a sociedade como o reino do biopoder (Hardt e Negri, 2001, p.43).

A partir da obra relacionada acima, os autores definem a sociedade disciplinar como:

> [...]aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência suas regras e mecanismos de inclusão e/ou de exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola, e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a "razão" da disciplina (HARDT e NEGRI, 2010, p.42)

A sociedade dos microespaços, que atuavam na forma de controlar os corpos dos indivíduos como investimento de produção, partem de um determinado comando de autoridades governamentais, sendo, portanto, submissos às normas e ordens das determinadas instituições, que moldam o comportamento e os hábitos, gerindo e administrando a vida em nexo com seus próprios interesses, tendo em vista, o que é bom para si, a "utilidade" e a "docilidade" dos corpos, que exploram as potencialidades e aptidões do homem.

Seguindo por esse viés, segue-se a fabricação de corpos dóceis isto é, submissos e exercitados, sendo então, alvo da domesticação e adestramento pelo poder estatal, a fim de que, sejam úteis e adaptáveis à força fabril produtiva, superficialmente, regulados pela normatização e codificados de acordo com cada instituição, seguindo a rigor um corpo com funcionalidade capitalista. A disciplina aumenta as forças do corpo e ao mesmo tempo diminui pelo excesso de sobrecarga impostos pelos mecanismos [17]de sujeição.

---

[17] Mecanismos de poder, por um lado ao menos, são aqueles que tomaram em mãos, a partir do século XVIII, a vida do homem, na qualidade de corpo vivo (FOUCAULT,1988, p.85) cf. A História da Sexualidade A Vontade do Saber I.

Michel de Foucault, em sua obra *Segurança, Território, População* aborda o poder como um conjunto de relações de forças entre governantes, autoridades, nas relações familiares e que não consiste somente nas forças políticas, mas nas ações institucionais, que são transformadas numa relação de produção sexuais e familiares. Para ele refere-se a uma prática social nas escolas, prisões, fábricas, no entanto, são marcadas pelas disciplinas, vinculando-se relações entre quem oprime e deixa-se oprimir, quem manda e obedece, sustentando sua autoridade (FOUCALT, 2008, p.4).

Foucault compreende como biopoder esse conjunto de "mecanismos e dispositivos" que interferem na mobilidade dos corpos concebida na sociedade política moderna, como jogo de estratégias políticas e cálculos de poder estatal sobre a vida, moldando e disciplinando, enquanto território de consumo e status social, sobrepondo à vida como capital humano. Seguindo pela vereda do filósofo francês, Michel de Foucault, afirma que:

> A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta ela administração dos corpos e ela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um "biopoder." (FOUCAULT, 1988, p. 130).

Em última instância, a ação estatal sobre corpo era no sentido de normatizá-lo e adestrá-lo controlando desde o nascimento os hábitos alimentares, a conduta e disciplinando o comportamento através de uma série de regras e ordens institucionalizadas como as escolas, as fábricas e hospitais cada uma moldando a vida dos indivíduos e adequando-os às normas para melhor integração e evolução da sociedade à partir do capitalismo industrial bem como a mecanização do homem como uma máquina[18] antropológica.

Além disso, em contraste com a sociedade disciplinar, o poder é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação) e os corpos (em sistema de bem-estar, atividades monitoradas) no objetivo de

---

[18] A máquina antropológica faz é produzir espaços vazios, locais-laboratórios onde ideologias específicas de poder indeterminam aquilo que é vida, exclusiva dos viventes, e direito, aquilo que é de pertencimento do Estado. Cf. (BRAGANÇA, Danilo Avelar. *Controvérsia*, São Leopoldo, v. 16, n. 1, p. 13-28, jan.-abr. 2020, p.19)

um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo da criatividade (HARDT e NEGRI, 2010, p.42). Seguindo o pensamento destes autores pode afirmar que o ser humano não é totalmente submisso e condicionado, mas, sim, controlado por dispositivos como os meios de comunicação de massa cujas informações recebidas pelo cérebro manipulam e submetem-se a uma sujeição corporal alienada à produção de capital.

Em sentido inverso, especula-se a manipulação e quebra de valores éticos e morais. Nesta nova forma global de soberania moderna, que implica também no aumento vertiginoso de ataques tecnológicos virtuais através das redes sociais, tem-se em vista à banalização dos valores humanos expressados sob formas de violência e agressão virtual ridicularizando a dignidade da pessoa humana.

Pode-se citar, por exemplo, o racismo aplicado através cyberbully bem como as fake news, que também atuam sobre a vida do indivíduo podendo acarretar problemas psicológicos ou até mesmo o suicídio controlado por uma política tecnológica de "fazer viver ou deixar morrer" dentro do espaço virtual. Outros exemplos são os reality shows nas tv's, cujos participantes têm que se manter vigilantes controlando seus hábitos, bem como a inovação das centrais de monitoramento que se tornaram grandes aliados de proprietários no auxílio de segurança e vigilância com câmeras que funcionam como olhos do governo e, assim, cotidianamente, a sociedade converge ao controle social pelas tecnologias de comunicação para disciplinar o comportamento humano.

Nesse sentido, é ambivalente o nexo entre direito e violência (*Bia e Dikê*) que se convergem na sociedade moderna à medida que o indivíduo expressa a garantia de proteção jurídica e recebe condições necessárias para garantir a segurança, educação, lazer e trabalho, bem como, a expor sua liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, a lei também pode reduzir a cidadania humana negligenciando as medidas ou sanções previstas pela lei de proteção ao indivíduo, desse modo, a lei está fora dela mesma.

Numa corrente de reflexão acerca das grandes transformações ocorridas no universo científico, tecnológico, ético e moral emerge, também, às transformações sociais e culturais ocorrendo uma série de conversões que modificam o pensar e o agir do sujeito político; e com isso, estabelece-se a exigência de uma sociedade normatizada e regrada pela lei, controlando certos comportamentos e maneiras confinadas ao conviver e de se reorganizar em sociedade. Faz sentido que, tanto a sociedade disciplinar quanto a sociedade de controle são atinadas e atentadas pela eficácia intensa do controle e da vigilância na sociedade contemporânea mediante ao poder mediático e desenfreado do consumo exacerbado.

Portanto, a sociedade disciplinar está voltada para o poder disciplinar, que através das instituições se teria o controle social do indivíduo, promovendo a correção comportamental do indivíduo mediante uma normatização a cumprir, e, assim, exista uma relação harmônica no convívio social. Todavia, a sociedade de controle sofre um processo de mecanização tecnológica de vigilância controlada que vai além do corpo e atinge a consciência, o pensamento ilimitado e adaptável à circulação dos meios de comunicação de massa, operando sobre a consciência humana um novo pensar e agir.

4 A VIDA NUA E A EXCLUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Neste capítulo enfatizamos a práxis do biopoder moderno que assola e controla a sociedade contemporânea. Consta-se aqui exemplos práticos e rotineiros da negligência do direito jurídico e do poder estatal sobre a vida humana pelos órgãos competentes que, desqualificam o modo de *viver bem* pelas constantes práticas abusivas do poder vigente. Assim também, destacamos as irregularidades do direito político-jurídico que destronam a vida como meta fundamental das Declarações dos Direitos Humanos que garantem a ordem social, colocando em questionamento a forma de viver bem consoante ao caos político e o desrespeito com a vida humana, abdicando da dignidade e da felicidade (*eudaimonia*) como fim último da sociedade política que vigora em segundo plano.

Engloba nesse sentido, a vida nua que emana sob as ações arbitrárias políticas um verdadeiro campo de concentração moderno, que destitui a cidadania e a dignidade do indivíduo reduzindo à vida animal, regredindo à condição de *homo sacer*. Portanto, a vida nua, ou a vida sem direitos caracteriza ou não deveria caracterizar o mundo moderno; e posteriormente o contemporâneo. Contudo faz-se necessário uma abordagem itinerária dentro dessa temática para compreender como se dá esse estado de vida nua e como acontece essa exclusão dos direitos humanos, que são garantias fundamentais para se viver ordenadamente em sociedade promovendo o bem comum.

4.1 A vida nua como consequência do biopoder moderno

Desde a antiguidade clássica pautada na premissa do poder soberano em um poder de "deixar viver" e "fazer morrer", a análise agambeniana, reflete acima da expressão "direito de vida e de morte" (*vitae necisque potestas*)[19]. Diante da corriqueira forma de vida natural (*zoé*) clássica ameaçada pelas desigualdades sociais, que se estende desde exploração do uso do corpo e na práxis de trabalho escravo, nas exclusões das camadas sociais e das relações do poder *pater famílias* (o poder dos pais sobre os filhos homens); além disso, o confisco que gerara naquela sociedade condições desumanas de exploração e subtração de terras, bens e morte imposta aos súditos.

---

[19] "Uma espécie de mito genealógico do poder soberano: o *imperium* do magistrado nada mais é do que a *vitae necisque potestas* do pai estendida a todos os cidadãos" (AGAMBEN, 2007, p. 96)

Do mesmo modo, Agamben utiliza-se da prerrogativa "não a simples vida natural, mas a vida exposta à morte (a vida nua[20] ou a vida sacra) é o elemento político originário" (AGAMBEN, 2007, p.96) na política Ocidental. Para Salvetti, em sua pesquisa *Sentido filosófico dos direitos humanos-leituras do pensamento contemporâneo 3*, compreende que:

> Agamben busca entender o oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico e institucional e o modelo biopolítico do poder. O que ele percebeu é, precisamente, que as duas análises não podem ser separadas e que a implicação da vida nua, na esfera política, constitui o núcleo originário do poder soberano (SALVETTI, 2013, p.51)

Essa vida totalmente destituída pelo poder estatal de um aparato protetivo pelo ordenamento jurídico, encarna-se na contemporaneidade e fabrica corpos fragilizados na sua ilegalidade retirando o que é legal - os direitos. O Estado moderno bem como os sistemas econômicos capitalista dentro da sua legislação, embora constituídos por uma série de Leis, Decretos, Direitos Humanos que garantem a dignidade do homem ao menos, deveriam garantir condições de sobrevivência, porém, são retirados mediante os seus negócios. Desse modo, o poder não preocupa-se em atribuir benefícios e investimentos retirando-os dos cofres públicos. Ou seja a lei aplica-se desaplicando-se.

Nos limiares da Idade Moderna, a vida biológica e o homem enquanto ser vivo se tornam na era do biopoder o centro da disputa política. O direito de morte da soberania cede lugar à gestão das necessidades vitais da população para fins de normalização **(Santos, 2018,** p. 20). No mais, pensar no biopoder pós-modernidade torna a nossa consciência um pouco arbitrária; uma vez que por ele, segundo Agamben surge a vida nua; ou a vida desprovida e sem reação ao que diz respeito aos direitos humanos. Contudo é necessário observar primeiramente que o biopoder também nasce de um pensamento do direito à vida, dito que por consequências ocorrentes das grandes mudanças sociais e econômicas, poder-se-á remover o direito de decidir sobre o viver e o morrer, como afirma o professor Salvett "a vida está no centro, significa que ela pode está protegida, cuidada" (SALVETTI, 2013, p. 45). Observamos então, que desde esse sentido, já rompe-se até mesmo o sentido ético e moral não só em relação as circunstâncias mas também as pessoas que devem decidir sobre os seus direitos.

---

[20] No primeiro volume de *Homo Sacer*: o Poder Soberano e a Vida Nua, Agamben guarda uma profunda admiração pelo teórico frankfurtiano Walter Benjamin, que o inspira principalmente nas suas reflexões sobre vida nua, estado de exceção, etc. cf. Sentido filosófico dos direitos humanos-leituras do pensamento contemporâneo 3 (Salvetti, 2013, p. 48).

Para Agamben, a declaração do direitos humanos surge a partir das bases da fundação da biopolítica moderna, representando a captura da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-Nação, transformando os súditos em cidadão. (RENEGUI, 2017, p.70). Dentro desta perspectiva, o reconhecimento de uma vida com dignidade é intrínseco a todo indivíduo com garantias fundamentadas na liberdade e a e proteção jurídica desde o nascimento, dessa forma o poder soberano não comenteria tais atrocidades que desrespeitasse e ferisse os valores morais, reintegrando-os à vida social. Em conformidade, destaca o pensamento de Agamben em sua obra *Homo Sacer*:

> As declarações dos direitos representam aquela figura original da inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação. Aquela vida nua natural que, no antigo regime, era politicamente indiferente e pertencia, como fruto da criação a Deus, e no mundo clássico era (em aparência) claramente distinta como *zoé* da vida política (*bios*), entra agora em primeiro plano na estrutura do Estado e torna-se alias o fundamento terreno de sua legitimidade e da sua soberania (AGAMBEN, 2007, p. 134).

A vida nua é a consequência da exclusão dos direitos humanos que favorecem a ordem social; uma vez que inserido na vida nua a pessoa tende a ficar sem qualquer perspectiva de vida existente perante a sociedade e, com isso torna-se um sujeito abandonado pela ilegalidade da lei. No entanto, vale ressaltar que os dispositivos e os mecanismos utilizados no corpo biológico, adestrando e controlando favoreceu o progresso do sistema capitalista. Assim, nas palavras de Nerione N. Cardoso Jr. admoestando que: consequentemente as pessoas foram reduzidas à condição produtora de coisas voltadas para troca com a consequente desvalorização da dignidade humana (NERIONI, 2007, p.57)[21].

Em suma, os direitos do homem são situados apenas após a sua fundamentação dentro da sociedade, onde não será mais observado simplesmente pela sua vida nua, mas tendo como observação todo o contexto que coloca em questão a sua liberdade enquanto pessoa, dessa forma só a partir do entendimento da sua vida nua poderemos observar a estrutura do biopoder moderno, pois, a concentração do biopoder volta-se ao sentido da vida sem nada, igualmente no ato do nascimento, literalmente sem nada, nu por completo.

---

[21] Cf. CARDOSO JUNIOR, Nerione N. *Hannah Arendt e o Declínio da Esfera Pública*. Brasilia: Ed. Brasília, 2007, p.57

4.2 O biopoder como instrumento de controle na vida biológica do indivíduo

No antigo regime clássico o funcionamento basilar do poder existente antes do biopoder era o poder do soberano, que tinha o poder de decidir sobre a vida e a morte dos seus súditos, "deixar viver" e "fazer morrer" bem como apropriação das terras alheias "(confisco), que segundo o filósofo francês, refere-se a "um mecanismo de subtração, extorsão de produtos, de bens, (...) e de sangue imposto aos súditos" (FOUCAULT, 1988, p. 127), antes do estado moderno capitalista burocratizado.

Com o advento do capitalismo industrial há uma inversão entre o velho direito de causar a morte e deixar viver que transmuta-se no poder de vida, agora ganha um novo sentido em "fazer viver" e "deixar morrer" sob a massa populacional convertendo-se em biopoder. Desse modo, o filósofo Carvalho delineia da seguinte maneira que:

> A partir do século XVII, com o nascimento do pensamento liberal, o poder se deu conta de que era mais vantajoso, para a própria manuntenção do poder dominante preservar e conservar a vida biológica zoé ao invés de matá-la. Tal concepção, viabilizou um passo importante na história do poder governamental, pois a passagem do poder de morte para o poder da vida transformou o poder soberano do antigo regime em um biopoder (CARVALHO, 2019 p.45-46).

As sociedades modernas ocidentais a partir do século XVII e meados do século XVIII a vida biológica ocupa a posição de destaque da força política moderna. O termo biopoder aparece pela primeira vez na obra *A História da Sexualidade A Vontade do Saber* (1998) de Michel de Foucault como uma tecnologia política que, a partir de então, irá investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência (FOUCAULT, 1988, p. 134). Desta forma, na sociedade moderna o Estado cuida e investe sob a forma de vida do indivíduo enquanto espécie e corpo vivente produtivo, assegurando-lhes direitos essenciais de sobrevivência.

Segundo Foucault (1988) este novo poder moderno que distingue o biopoder, centraliza-se no século XVII como máquina humana produtiva em sua individualidade (anátomo-política do corpo humano). Isto significa, o corpo individual em processo de aperfeiçoado anatomicamente, ampliando-se suas aptidões e docilizando-os para extração de forças eficientes e úteis na aceleração do processo econômico, beneficiando o sistema capitalista. Aprimora-se ao longo do século XVIII expandindo-se por toda a massa populacional (biopolítica da população). Nesta tecnologia, centrou-se no corpo-espécie; cujo

poder estatal manisfesta preocupação no cuidado de gerenciar a vida; de modo que, a vida biológica torna-se objeto de cuidado (1988, p. 130). Dessa forma, o escritor francês expõe:

> [...] assumiu essa função a partir do século XVII, materializando-se de duas formas: por um lado, através das técnicas disciplinares, constituintes de uma anátomo-política do corpo humano, tomado como máquina; por outro, através de intervenções sobre a vida humana em sua dimensão coletiva, surgidas na segunda metade do século XVIII, materializando-se em estratégias biopolíticas de regulação deste corpo múltiplo que é a população. (FOUCAULT, 1988, p. 151-152)

Na perspectiva atual da biopolítica da população pode-se ser acoplada no contexto pandemiológico, pois, o poder se exerce dentro do corpo populacional, neste caso nas próprias cidades, hospitais, cemitério e lojas. Desta forma, a vida passa a ser objeto de cálculo e estratégias de interesses das conjunturas políticas. Dentro desta linha, o poder político centraliza sua atenção no cuidado à vida biológica, através de compras de equipamentos como respiradores, investimento na contratação de profissionais de saúde e elaboração de decretos legais como por exemplo, do isolamento social e *lockdown* como também no financiamento na compra de vacinas, além de outras medidas preventivas para que possa-se obter o controle e proliferação do vírus.

Nota-se então, que o poder só existe se existe o corpo para que ele seja exercido, de modo, que o próprio vírus nasce como biopoder, porque sem ele o poder não estaria sendo exercido, como observa-se nos mais diversos espaços do mundo, nas mídias sociais em geral. Nesse sentido, Guimarães, em seu artigo denominado *Algumas práticas do biopoder sobre os corpos dos indivíduos contemporâneos* assegura que "dentro do corpo é o espaço de influência do biopoder contemporâneo por excelência" (GUIMARÃES, 2014, p.24).

No contexto biopolítico para essa vida, não interessa mais "fazer viver ou morrer", porém, para Agamben (2008, p. 155) o que importa é "já não fazer morrer, nem fazer viver, mas fazer sobreviver". Em outras palavras, não se investe na vida e nem na morte, assim o indivíduo encontra-se dentro de um espaço sem escolhas, sendo a única forma de sobrevivência, um lugar vazio onde o "nada" equipara-se a vida humana, portanto, a pessoa não tem voz e nem vez; considerado sem direito, um fora da lei, que vive a mercê da vontade soberana em estado vegetativo, lutando contra a própria vida. Ainda, seguindo suas palavras condiz que a ambição suprema do biopoder consiste em produzir em um corpo humano a separação absoluta entre o ser vivo e o ser que fala, entre a *zoé* e o *bios*, o não-homem e o homem: a sobrevivência (2008, p.156).

> De uma anátomo-política calcada na disciplina dos corpos e voltada para um aumento da produção industrializada, passou-se a uma biopolítica fundada no controle da vida, visando à produção de subjetividades mais afeitas ao modo de vida pós-industrial. Para essa vida, não interessa mais "fazer viver ou morrer", mas, fundamentalmente, "fazer sobreviver", produzindo o que Giorgio Agamben chamou de "vida nua" (ARAN e PEIXOTO, 2007, p. 850).

Vale enfatizar, o caso dos idosos e vulneráveis por serem considerados pelos governantes e demais autoridades "sujeitos sem utilidade para produção", logo, postos fora do ordenamento jurídico legal e inseridos na ilegalidade pelo estado de exceção, pois, o morrer passa a ser fator de produção de lucros para o grande poder avassalador governamental e os patrícios contemporâneos, "quanto mais morte mais dinheiro". Por sua vez logo, são incluídos no campo biopolítico moderno. Na sua obra *Homo Sacer* Agamben, relata que o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão (2007, p. 178).

Portanto, o corpo é o primeiro espaço territorial cujas relações de poder ganham força para extração da linha de produção, como afirma o filosofo francês "são os corpos físicos das pessoas o primeiro espaço no qual fora exercida uma nova forma de poder". (Foucault apud Rodrigues, 2016, p.13). A partir da obra *O Império*, os autores Hard e Negri afirmam que:

> A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. "O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida (...). No Império e seu regime de biopoder, produção econômica e constituição política tendem, cada vez mais, a coincidir" (HARD e NEGRI, 2001, p. 43-60).

Contudo, vale ressaltar que o poder para os autores capacita-se na administração e controle da vida total da população que torna-se objeto e alvo de táticas políticas na forma de investimentos, concedendo à massa populacional melhorias e qualidade de vida, e como retorno são extraídas do seu corpo biológico aptidões e capacidades inovadoras que giram em torno do acúmulo de capitais. Assim, o poder não importa-se em separar a condição humana biológica do exercício da cidadania, enquanto indivíduo social.

Dentro deste contexto, o biopoder passa a ser um poder que se apropria da vida humana e, constitui-se como uma ação de controle do governo caracterizado na sociedade atual pela inversão de valores e violação das leis contrapondo-se até mesmo com a Constituição. Esse dispositivo, segundo o filosofo Carvalho: "transforma à política do

cuidado à vida, em política das injustiças sociais, o que torna uma tanatopolítica[22] (CARVALHO, 2019, p.28). De acordo com a opinião de Ruiz, é válido ressaltar sob esta visão, que:

> [...] cada vez que se decide soberanamente cortar investimentos em saúde, educação, salário mínimo, moradia..., atinge-se a vida humana. Ao decretar por ato de governo do Estado, ou por uma decisão administrativa da corporação, que é necessário o sacrifício de milhares de pessoas para um ajuste fiscal ou aumento de lucros, aplica-se uma suspensão efetiva de condições necessárias para uma vida digna desses milhares de pessoas e sua inexorável condenação à condição de *homo sacer* (RUIZ, 2012, p. 24).

Mediante os interesses próprios e egocêntricos da administração governamental e das grandes relações de forças sociais como também a suspenção dos investimentos dos direitos básicos, bem como a negligenciação das normas que deveriam ordenar a sociedade, imprimi no corpo do indivíduo condições desfavoráveis ao modo de viver bem. No entanto, são reconhecidos pelo direito como *homo sacer*, isto implica no sujeito destituído e abandonado; ao mesmo tempo incluído pela lei, condicionado a vida matável e insacrificável, ou seja, reduzida a mera vida animal (vida nua) que habita o corpo biológico de cada ser vivente (AGAMBEN, 2007, p. 146).

Desse modo, o biopoder atua controlando seu corpos disciplinando-os e docilizando-os para o progresso econômico. De forma similar o sociólogo Zygmunt Bauman enfatiza na sua obra *Vidas para o Consumo* que "a sociedade de produtores e soldados se concentrava na administração dos corpos a fim de tornar a maior parte de seus membros aptos a morar e agir em seu pretenso hábitat natural: o chão da fábrica e o campo de batalha" (Bauman, 2007, P. 72).

A máquina capitalista e governamental controla a produção e esvazia o humano descaracterizando o seu modo de vida rebaixando a condição de não-humano logo, à medida que se extrai do seu corpo a força (energia) retorna como valor financeiro ao mercado capitalista e, consequentemente atrofia-se sua humanidade moral por meio de práticas disciplinares e mecanicistas instituídas na era moderna. Tendo em vista, o sujeito compromete assim, a dignidade humana, a vida ética e social, vivendo apenas como refugos

---

[22] Como sugere o radical *tanato*, que provém de *Thánatos* – a personificação da morte para os gregos antigos, o termo em questão denota, assim, uma política para a qual a morte está no centro dos investimentos de poder, isto é, política em que a morte constitui elemento característico fundamental dentro da sua práxis geral. Cf. Diógenes, Francisco Bruno Pereira. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea.* Brasília, nº 2, ano 1, 2013. 161

humanos (*homo sacer*) nos campos autoritários modernos sem perspectiva de conviver socialmente.

O professor Helder Souza expõe em sua dissertação *Biopolítica e Direito: Traçando uma perspectiva sobre a instituição judiciária,* alguns exemplos práticos e rotineiros que acontece diariamente em quase todo no mundo: "os acidentes automobilísticos nas estradas, que matam mais gente do que as guerras; no caso do Brasil destaca-se o caso de balas perdidas, ou de erro médico" (SOUZA, 2013, p.68). Contudo, é crescente o número de pessoas que fazem "justiça" com as próprias mãos; outras recorrem ao poder judiciário para recorrerem a indenizações por danos irreparáveis, seja por negligência do estado e das instituições governamentais.

No entanto, a vida nua que é insacrificável, porém matável, pode ser também, em alguns casos, indenizável assim, comenta Souza (2013, p. 68-69). Por isso, o biopoder é tão atual na sociedade nos mais diversos espaços sociais que pouco nota-se sua relação dentro do poder político que camufla, tornando imperceptível as injustiças e as calamidade que denigrem a vida como um todo. Ao fazer referências às situações que, mesmo estando amparados pela Declaração do Direitos Humanos e pelos órgãos governamentais, a mesma encontra-se constantemente exposta aos riscos do "deixar morrer" e, que a qualquer momento pode ser aniquilada.

4.3 O desafio da sobrevivência no contexto pandemiológico do Covid – 19

Em meio a sociedade em que vivemos, a ignorância do homem em portar-se como dono da natureza e o seu caminhar em direção ao lucro advindo do capitalismo, faz com que os fatores humanos e naturais se juntem, fornecendo assim combustível para o surgimento de uma nova perspectiva de vida ou até, simplesmente, uma nova doença. A vida meramente biológica é alvo do próprio poder humano. Esse mesmo poder humano, pode evoluir acompanhando o percurso cientifico em todos os aspectos e tendências, podendo assim emancipar ou destruir toda uma população de acordo com os interesses que circundam o processo de aquisição do poder. Cabe ressaltar, conforme analisado anteriormente aos moldes do pensamento agambeniano, que:

> Se ao soberano, na medida em que decide sobre o estado de exceção, compete em qualquer tempo o poder de decidir qual vida possa ser morta sem que se cometa homicídio, na idade da biopolítica, este poder tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir

> sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante (AGAMBEN, 2007, p.149).

Em muitos estudos e comentários da filosofia política, demonstram que os direitos naturais devem ser assegurados pelo moderador organizacional, ou seja, tais direitos como a dignidade, direito à saúde, os bens e valores devem ser mantidos e coordenados pelo poder soberano, sobretudo, em tempos sombrios como o desafio de "sobreviver", precisamente, no contexto atual do século XXI, onde o mundo volta-se para a perspectiva do novo coronavírus, o Covid-19.

Em todos os meios de comunicações foi possível enxergar como manchetes o tema "pandemia". Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), pandemia seria uma disseminação de uma doença a nível mundial. Após um termo ser adotado e conhecer o seu conceito, cabe analisarmos a magnitude e o resultado que ele acarreta para a população. A vivência no contexto da pandemia da Covid-19, trouxe à tona, vários aspectos em vista do que podemos dizer, do grande crescimento do biopoder exercido pelos países democráticos, em vista de uma luta à um vírus desconhecido. O filosofo Michel Foucault vai nos dizer que:

> Esse excesso do biopoder aparece quando a possibilidade e técnica, é politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar no limite - vírus incontroláveis e universalmente destruidores (FOUCAULT, 2005, p. 303)

Foucault demonstra a clara evidência do modelo governacionista de momentos, pois em visão submersa desses países, é almejado um controle global sobre toda a população com prerrogativas de cuidado e fundações que fomentam conceitos e interpretações diferentes em vista do bem comum, ou seja, o bem viver. Os sistemas acabam por muitas vezes levando em conta apenas a produtividade, e a vida nua do próprio homem ressurge como um aspecto da própria desumanização apresentada por Agamben. Segundo o pesquisador e filosofo Alan Barbosa Buchard "ao adotar o imperativo conservação da vida biológica (a *zoé*) a sociedade contemporânea teria sacrificado a *bíos*, isto é, o conjunto das formas de vida que constituem a vivência em comunidade – isto é, propriamente, vida política" (2020, p. 49).

Para esse novo momento, o direito dos cidadãos acabam ficando em segundo plano, permanecendo distante e oculta esperando o momento certo de ressurgir. A potência do Estado, ou seja, o poder soberano para Agamben, eleva-se em cima do poder natural advindo

dos indivíduos da sociedade. Castor Ruiz, quando trata sobre a tradição biopolítica persistente que dá origem ao Estado-Nação, ele diz que:

> [...] os direitos passivos são próprios de todos os cidadãos enquanto nascidos, pois eles advêm da sua condição natural de homens: direito a vida, igualdade, liberdade. Os direitos ativos são adquiridos pela condição social: votar e ser votado, ter direito a cargos públicos [...] (RUIZ, 2012, p. 11).

De acordo com Castor Ruiz, é possível perceber que a vida humana e seus direitos estão no centro, e essa centralidade abre caminhos para a formulação e cumprimentos de variados direitos que possam salvaguardar o bem viver. O desafio da sobrevivência entra em questão como um dos direitos feridos do bem estar social do ser humano. No período de pandemia da covid-19 vivenciado no século XXI, precisamente no ano de 2020, ficou mais evidente essa defasagem de direito ao bem viver. A notoriedade em questão no período de pandemia, foi a escolha de quem deve viver e quem deve morrer, e isso aconteceu, graças a soberania do Estado em tomar decisões, pensando, sobretudo, na economia e bloqueio de um caos de um Estado ao invés da saúde. Por exemplo, Mike Davis no compêndio *Coronavírus e a luta de classes* (2020), ao exemplificar a real situação dos EUA em relação a covid-19, argumenta o fato de que:

> Os departamentos de saúde locais e estaduais – a primeira linha vital da defesa – têm hoje 25% menos pessoal do que tinham antes da segunda-feira negra, há doze anos. Além disso, na última década, o orçamento do CDC caiu 10% em termos reais. Sob Trump, as deficiências fiscais só se ampliaram. O *New York Times* informou recentemente que "21% dos departamentos de saúde locais relataram reduções nos orçamentos para o ano fiscal de 2017". Trump também fechou o escritório da Casa Branca contra a pandemia, uma instância criada por Obama após o surto de Ebola de 2014 para assegurar uma resposta nacional rápida e bem coordenada às novas epidemias. (2020, p. 8)

Com a exemplificação acima, é possível afirmar que muitas das atitudes e estratégias de enfrentamento e combate a propagação do vírus como isolamento social, o fechamento completo dos estabelecimentos comerciais, interdição de locais públicos, a interrupção das atividades escolares, a interrupção das aulas universitárias, a suspensão de shows e afins, a proibição de aglomeração, anúncios de pacotes emergenciais de recuperação econômica – como o auxílio emergencial no Brasil -, poderiam ter sido evitadas se houvesse uma cobertura

universal e de qualidade da saúde para todos os seres humanos, sem distinção de classe, cor e/ou raça, ou seja, é a real aplicação dos direitos humanos, uma garantia fundamental ao ser humano que vive em sociedade.

O desafio de sobreviver na sociedade contemporânea, é uma contrapartida dos desdobramentos da biopolítica, onde a vida sagrada humana, o *homo sacer*, é exposto a uma fragilidade sem que possa ter o direito de decidir entre o viver e o morrer. Em todas as nações, é cada vez mais notório a luta dos médicos em meio a um caos, uma desordem do Estado em relação a vida humana e a saúde pública, situação constatada sobretudo no período pandêmico da covid-19 vivido pelas nações. Castor Ruiz em suas leituras e comentários sobre as leituras de biopolítica em Giorgio Agamben, nos afirma que:

> A questão sobre o humano, o limite da vida e da morte, o poder soberano de decidir quem deve viver ou quem deve morrer, percorre diariamente as salas e corredores dos hospitais. O hospital se constitui diariamente num espaço de decisão soberana sobre a vida e a morte. Essa é uma problemática que se maquia sob a camuflagem do discurso científico ou da autoridade médica, quando na verdade, em muitos casos, é uma questão social [...]. O critério de vida e morte do hospital é econômico. A decisão soberana sobre quem deve viver não faz nada mais do que complementar as decisões prévias dos poderes econômicos que já condenaram a vida dos pobres a subsistir como mera vida natural. (RUIZ, 2012, p. 12).

Neste sentido, a escolha de deixar viver ou morrer, diante do colapso nos hospitais por falta de atendimento e de profissionais da saúde, o aumento vertiginoso dos mais variados tipos de doenças, corporais à psíquicas, lotam as redes hospitalares dos países. Sendo assim, pode-se afirmar que as normas, regras e medidas preventivas contra a disseminação do vírus da covid-19, que foram impostas pelos mais variados tipos de governo, justamente, com o objetivo de não tornar um caos à saúde pública e nem privada, buscaram não alavancar o alto índice de mortalidade de pessoas vulneráveis ao novo coronavírus. Por isso, fez-se necessário aos Estados, a criação de projetos de lei e/ou decretos que alinharam condutas ao combate e prevenção da covid-19.

Em meio as dificuldades do enfrentamento e sobrevivência em meio a pandemia, alguns estudiosos apresentam novamente o conceito de estado de exceção para uma justificativa das atitudes exercidas pelos estados democráticos. Para Agamben não é diferente. Ao tecer comentários sobre os posicionamentos de Agamben relacionados a pandemia do covid-19, Alan Barbosa Buchard, vai nos dizer que para o filosofo italiano Agamben "a epidemia é uma "invenção", isto é, um artifício político empregado pelos

regimes democráticos contemporâneos como meio de instaurar o estado de exceção, concretizando o projeto totalitário que une democracia e tirania desde a Revolução Francesa, no século XVIII" (2020, p. 39)

Para Agamben (2007) o estado de exceção – postura adotada por vários países no período pandêmico -, não faz abolir ou morrer a vida sacra, mas a despedaça a e dissemina em cada corpo individual, fazendo dela uma aposta em jogo do conflito político. Vários estudiosos e cientistas políticos, mostram que qualquer saída sem conhecimento plausível pelo ser humano pode tornar-se uma atitude drástica, desde que sejam compatíveis com as informações apresentadas e/ou coletadas/disponíveis, pois não se há ainda um consenso com o tal dilema da Covid-19 vivenciado. Andyta Soares Matos, professor da faculdade de Direito da UFMG, em um dos seus artigos sobre a covid-19, tratando sobre as soluções de sobrevivência e saída da crise que é vivenciada, nos diz que:

> Desse modo, não faz sentido a discussão sobre vida ou economia que se desenvolve com fervor nas redes sociais e nos mais diversos fóruns, tendo em vista as conclamações de volta ao trabalho de parte da população para que a economia não seja destruída. Pensar assim é pensar em termos de díades, de natureza (vida) e cultura (economia) que não se comunicam, quando o problema a ser vencido não é nem totalmente natural e nem totalmente humano. Somente uma mudança completa em nossas formas de vida poderá garantir a vitória sobre a pandemia, dado que ela não é algo isolado, mas, sim, um perfeito exemplo do nível de complexidade a que chegamos. Qualquer ação que privilegie apenas um dos lados do problema, natural ou cultural, está fadada ao fracasso. (MATOS, 2020, p. 3).

Vê-se que há uma guerra civil com um inimigo invisível e o sacrifício da liberdade individual, torna-se uma prerrogativa no limiar da discussão da vida e da economia. O real estado de exceção, torna-se um caminho de laboratório, onde – o que se parece -, a principal meta do Estado é o controle biológico de toda sociedade, levando em argumentação oculta o "fazer morrer" sobressair ao "fazer viver". O declínio do contato humano, como uma das manifestações de combate a covid-19, é um "sacrifício das formas tradicionais da vida humana – política, cultural e interpessoal – em nome da sobrevivência da vida biológica – ou seja, da vida nua." (BUCHARD, 2020, p. 52). O risco à vida, oferece a população o sentimento de medo, que sobrecarrega a busca pela sobrevivência, e o Estado aí enxerga a justificativa para a exceção, delimitando a sua posição e preocupação ética e política,

entrelaçado com a saúde e proteção do indivíduo. Nesse sentido, Raiz contribui da seguinte forma:

> A vida humana reduzida a mero recurso material, quando já não é necessária ou útil para a instituição, é simplesmente descartável, como qualquer outro recurso. Os limites para a utilização da vida humana ou para descartá-la são os limites da lei, e não os da alteridade. Se a vida humana fosse reconhecida como alteridade, não haveria possibilidade sequer de pensar na sua instrumentalização (RAIZ, 2007, p. 275).

Sendo validado, portanto, a decisão soberana "em deixar morrer" ao invés de sobreviver pelo descaso e pelo corpo útil, pois a vida humana deixa de ser o objeto central da política do bem comum.

4.4 A práxis do biopoder em confronto com o bem viver

No capítulo anterior vimos o significado de bem comum como fim para a sociedade política na visão aristotélica[23], no qual podemos considerar em síntese que o bem comum é o que possibilita a vivência do "Bem viver" dos indivíduos na sociedade, no qual os seus direitos são assegurados, se contrapondo assim a uma vida nua. Todavia, quando é estabelecido na sociedade política "uma técnica que busca um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis" (BERTOLINI, 2018, p. 87), ou seja, uma prática daquilo que já consideramos como biopoder, não há uma possibilidade da vivência de um bem viver na sociedade.

Segundo Agamben o biopoder se insere entre a vida qualificada do indivíduo, *bios*, e a vida desprotegida dos direitos, a *zoé*, onde a autoridade sobre a vida do sujeito é depositada sob a soberania do Estado. Assim, o viver ou morrer no indivíduo não depende dele próprio, mas sim da autonomia do Estado político. Na visão foucounteana o biopoder está em estreita relação com a biopolítica, pois ambos decidem sobre a vida do indivíduo através de disciplina e regulamentações (ALVES, 2016, p. 159).

Apesar do biopoder ser uma prática política que surge ainda na antiguidade, não é algo deixado para trás junto com as narrativas das crueldades de súditos e monarcas que tinham o controle sobre a vida de seu povo, mas é uma ação visível que permanece na contemporaneidade. Desse modo, nessa parte de nossa pesquisa adentraremos nas práticas estabelecidas pelo o biopoder dentro da sociedade atual, no qual podemos elencar alguns

---

[23] Ver a seção 2.2 da segunda parte deste trabalho.

exemplos que revela o quanto o "bem viver" dos indivíduos está longe de ser assegurado, dentre eles podemos destacar: a vida nos campos de concentração, bem como outros tipos de campos modernos, e as pesquisas científicas com humanos.

Em 1938 a perseguição nazista à comunidade judaica alemã se intensificou de uma forma ainda mais violenta, as noites tenebrosas ocorridas no início de novembro de 1938, conhecido como "a noite dos cristais", marcou o início da crueldade nazista ao povo judeu, que a partir daqueles dias eram levados aos campos de concentração e depois eram mortos nas câmeras de gás. O campo de concentração é um dos exemplos mais completos que exemplifica a vida nua, onde os judeus eram tratados sem nenhuma dignidade ou direito, como verdadeiros animais. Assim, segundo Agamben, o campo se torna um ambiente visível da prática do biopoder em relação com a biopolítica:

> Para Agamben, o campo se tornou o lugar mais proeminente da excepcionalidade e do experimento biopolítico jamais visto na história da humanidade, pois se tornou pura produção da vida *nua*. Ele é o resultado de uma produção biopolítica empreendida pelo biopoder (CARVALHO, 2019, p. 230).

No campo de concentração quem reina é o Estado de exceção, ou seja, aquelas regras emergenciais atribuídas por um soberano, onde a proteção da vida não é mais o fim das ações governamentais, mas sim o contrário: o fim da vida dos indivíduos que são indesejados perante o Estado, se torna o objetivo dos planos políticos. No campo de concentração nazista a vida que não mereciam viver era a dos judeus, que segundo a concepção cruel nazista os judeus tinham que ser eliminados, pois manchava a "raça ariana"[24]. Desse modo no campo de concentração onde atua as ações do biopoder se torna impossível a vivencia do bem viver.

Todavia a prática dos campos não foi banida junto com o fim da Segunda Guerra, ainda nos dias atuais é visível essa prática, certamente não do mesmo modo, são outros tipos de campo, mas também possui uma base fortemente cruel, que possui o mesmo objetivo de excluir vidas, se contrapondo ao bem viver. A perseguição racial, sofrida principalmente pelos indivíduos negros, é um exemplo visível da atuação das práticas do campo na contemporaneidade, onde o biopoder atua de um modo diferente: o Estado se omite diante dessa problemática, contribuindo, assim, de forma direta para o fortalecimento do racismo,

[24] O termo "raça ariana" era utilizado pelo o partido nazista para se referir a uma raça pura e superior, que para eles somente os alemães se encaixava nessa categoria.

uma vez que, quando o Estado não busca uma solução para esta situação, outros agentes tomam o controle, provocando um verdadeiro caos, com isso o bem viver é colocando sob ameaça. Desse modo, o ser negro nos dias atuais é fazer parte da comunidade que ameaça a comodidade daqueles que se consideram soberanos, neste caso, os brancos, que buscam estratégias através das práticas do biopoder, e esse é um exemplo visível no nosso país:

> Ser negro no Brasil constitui-se em uma ameaça a partir das tentativas de eliminação física, política e cultural que arrancam do negro a sua humanidade e condições igualitárias de vida, sendo guiadas pela perspectiva social e histórica de raça que gerencia a (não) permanência de determinada população através de técnicas e mecanismos "civilizatórios" e "modernos". (ALVES, 2016, p. 164)

Outro exemplo visível das práticas do campo na contemporaneidade é o dilema dos refugiados. Segundo a Agencia da ONU para refugiados (ACNUR) até o final de 2019 cerca de 79,5 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar de seus países de origem e buscarem abrigos em outros lugares[25]. A busca dos refugiados pela a cidadania constitui-se como uma luta pelo o bem viver na sociedade, pois é somente pela cidadania que, segundo Hannah Arendt, o indivíduo pode exercer sua capacidade de agir e de participar na vida pública (GIOVANELLA; MACHADO; OLIVEIRA, 2018, p. 164). Entretanto, poucos são acolhidos em outros países, à maioria encontra muros e outras barreiras quando clamam por refúgio, e são "jogados" nas periferias dos países onde a vida do outro não é levada em conta. Desse modo, a exclusão dessas pessoas da sociedade constitui como uma prática do campo moderno, onde o bem viver não é direito de todos.

Outro exemplo que envolve um confronto entre as ações do biopoder e a luta pelo bem viver é a problemática das pesquisas com seres humanos, que é um dos grandes debates da sociedade atual que abrange as reflexões trazidas pela bioética. Atualmente a maioria dos experimentos científicos é realizados em animais, e só depois de se ter uma segurança, ao menos que quase certa, é que se pode realizar em humanos.

Todavia nem sempre isso aconteceu, em algumas pesquisas científicas realizadas no decorrer dos avanços científicos não houve diferença entre a vida de um rato[26] e de um ser humano, e o homem foi colocado como mera cobaia onde o viver ou morrer dependeria

---

[25] Dados obtidos do site oficial da ACNUR Brasil, disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/. Acesso em: 14 dez. 2020.

[26] Os ratos são um dos animais mais utilizados em experimentos científicos devido a diversos razões, dentre elas é porque se assemelha a fisionomia dos seres humanos.

apenas do sucesso ou não dos experimentos. Um exemplo disso é o caso de Tuskegee, Alabama, ocorrido na década de 90, onde foi realizada uma pesquisa científica com cerca de 600 pessoas, todas negras. Desse grupo uma parte dos indivíduos sofriam de sífilis e a outra sem nenhuma morbidade. A pesquisa consistia apenas em observar o avanço da doença nos indivíduos e para isso não era usada nenhuma interferência, isto é, não era aplicada nenhuma espécie de tratamento. Ao final da pesquisa mais de cem pessoas desse grupo havia morrido sem nenhum aparato médico.

A práxis do biopoder em relação às pesquisas com humanos se dá mediante a desvalorização do corpo humano, desprezando a concepção de um ser que possuem direitos e dignidade. O corpo é tratado apenas como objetos de pesquisa, assim,

> O que entra em jogo aqui já não é o direito à vida ou à saúde dos pacientes, membros de uma comunidade política, o que se converte em objeto de pesquisa é, em palavras de Foucault, "o corpo espécie"; ou, em palavras de Agamben "vida nua" (CAPONI, 2004, p. 449).

Desse modo, as pesquisas científicas que está sob orientação do biopoder interfere no bem viver dos indivíduos que são submetidos a tais experimentos. O exemplo citado acima do caso que correu no Estado do Alabama, demonstra justamente isso, o desprezo por parte do Estado em relação ao viver ou morrer dos pacientes, pois o objetivo era apenas observar como a doença de sífilis se comportava no corpo dos doentes. Assim, os indivíduos que são utilizados em tais pesquisas são lhes retirados todo tipo de valorização e até mesmo a sua cidadania do Estado em que vive, a vida que merece viver é substituída por outra, pela vida nua, ou seja, aquela totalmente desprovida de direitos.

Dessa forma são visíveis as ações do biopoder na contemporaneidade que põe em risco o bem viver dos indivíduos, principalmente quando envolve questões de preservação do corpo. Assim, o que se está em jogo é a liberdade do viver das pessoas que é tomada pelas práxis do poder do Estado, uma vez que "a função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la" (BERTOLINI, 2018, p. 95). Com isso, enquanto houver na sociedade o controle sobre a vida e a produção da vida nua torna-se impossível à vivência do bem viver na sociedade.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa buscamos compreender os conceitos filosóficos-políticos citados nos capítulos anteriores referente ao pensamento de Giorgio Agamben, que estabele uma linha cronológica em sua investigação no atual contexto. Como ponto de partida deu-se pela retomada da herança tradicional greco-romano, a princípio pela separação do termo vida (*bio* e *zoé*) que encarna-se na atualidade sob à luz do *Homo Sacer* (homem sagrado). A priori é o homem que tem uma vida excluída de sua cidadania, seu direito é retido, destituído da categoria de cidadão político. Seu modo de viver centraliza-se em uma vida matável e insacrificável nos tempos modernos no sentido de exclusão.

Apresenta neste sentido, a vida biológica fragmentada e exposta à morte, a violência, ao descaso do poder e a inutilidade dos corpos não produtivos desamparados pela lei. Refere-se ao corpo-sujeito aos moldes do homem moderno lançado à própria sorte sem direito de se ter uma vida digna e protegida como remete a Constituição Federal.

Dessa forma, percorremos a política do mundo clássico grego desembocando no pós-modernismo, devido as grandes transformações sócio-políticas e a inversão dos valores morais, éticos e cristãos, que encontram-se em crise. Assim a política transmuta-se em biopolítica isto é, uma política de governo que atua sobre a vida da população e tem como dispositivo, o biopoder, que controla a massa populacional por mecanismos que subtrai a dignidade da pessoa humana reduzindo-a ao mero viver.

Assim, ameaçado o modo de viver pela nova caracterização do mundo moderno esse poder sobre a vida, transforma-se em uma política de injustiças sociais, de morte, de exclusão, de abandono do indivíduo reduzido ao descaso social, isto é, a vida animal, à vida nua – a vida matável e insacrificável do *homo sacer* contemporâneo. Em cada etapa desta investigação teve como resultados a ampliação e o esclarecimento de que vivemos em uma sociedade controlada pela máquina do poder estatal, que sobrepõem o bem viver sem importar-se com a humanidade e os valores de cada indivíduo e da sociedade perante a ganância e escrúpulos que promovem o jogo de interesses políticos.

O desenvolvimento do presente trabalho permitiu apresentar o biopoder no controle da vida biológica como capital humano, utilizando-se de técnicas disciplinares no controle sob a vida em sua dimensão corpórea. Nesse intuito, visa também entender este dispositivo que adestra e dociliza o corpo humano, mantendo-se eficaz e apto a força de mão de obra na produção econômica com eficiência e rapidez. Sendo, portando, esta vida acessada como

uma máquina antropológica de produção. Com isso, pôde-se perceber uma reflexão ressignificante do cuidado, do zelo, do investimento do governo pela vida biológica sem importar-se com a dignidade e a qualidade de vida. Pode-se dizer que, além disso, tudo gira em torno da lei da sobrevivência; permiti-se ainda, identificar que somos vítimas de um poder que penetra o nosso corpo (interior) explorando as capacidades vitais e aptidões humanas, que ao mesmo tempo torna-se alvos de estratégias políticas, de um jogo de interesses pessoais extraídos pela força suprema política. Desse modo, podemos dizer que, o homem é aquele que pode sobreviver ao próprio homem.

Na filosofia de Agamben, sua prioridade é mostrar a realidade de uma violência oculta e exposta entre o direito e o poder sobre a vida biológica que se cruzam desde o tempo clássico vigorando em nosso tempo pelas forças autoritárias governamentais, que colocam em jogo a liberdade e a felicidade alheia. No entanto, Agamben em sua pesquisa chega ao ponto de comparar o atual cenário político com o campo de concentração que retira do ser vivente sua dignidade e humanidade, negligenciando seus direitos e reduzindo ao nada a cidadania do ser vivente. Desse modo, não tem com quem o Estado possa se preocupar, pois com seus direitos suspensos pelo estado de exceção, os indivíduos são incluídos na categoria de *sacer*, ou seja, banido e destituído pelo soberano da proteção do direito jurídico.

Giorgio Agamben, expande e ganha reconhecimento nos cenários acadêmicos e nos setores jurídico-político a partir de sua tetralogia *Homo Sacer*, e com isso seu pensamento político é desafiante as forças arbitrárias que não comungam do exercício de uma política ao modelo clássico: "ético e moral" na promoção do bem comum como fim último da sociedade. Por conseguinte, sua forma de pensar é tão ressignificante que até no contexto pandemiológico, encaixa-se seus conceitos fundamentais: *homo sacer*, poder soberano, estado de exceção (Carl Schmitt) e vida nua (Walter Benjamim) e consta-se na práxis da sociedade atual, pois a vida é questionada e colacada em segundo plano pela conjuntura política hodierna, deixando o poder estatal escolher quem "deve viver" ou quem "deve morrer". Assim, somos fantoches manipulados por uma sociedade de controle que visa somente o seu próprio interesse que violenta o caráter, o respeito, a justiça e a dignidade.

A vida biológica, neste sentido é alvo das estratégias e investimentos da atual situação política afim de que as pessoas isentas de cidadania sejam capturas e moldadas, conforme o plano de interesses políticos e econômicos, com o objetivo de lucrar em cima da corpo produtivo, o qual torna-se o centro arquitetônico da força política hodierna. Com isso, o homem moderno é considerado imposto de renda para o governo alavancar a economia do

País. Desse modo, mantém-se condicionado a uma relação de exclusão-inclusiva com o poder estatal, ou seja, ao mesmo tempo que são extraídas suas forças(energia) através da exploração da mão de obra, sua liberdade, seu lazer, a convivência familiar, os seus direitos de qualidade de vida são ameaçados de serem retirados do "ser cidadão', simultaneamente são submissos ao poderes e órgãos governamentais ascendo seu poderio econômico através da produção de bens matérias.

Portanto, o Estado e as demais conjunturas econômicas descartam a funcionalidade dos direitos humanos essenciais de garantia de sobrevivência, deixando os indivíduos em situações vulneráveis. Todavia, a vida qualificada e ética (*bios*) reduz-se a (*zoé*) a simples vida nua, desprovida e isenta das normas e apoio estatal, bem como os sujeitos encontram-se em condições sub-humanas. Além disso, esse campo biopolítico moderno, abre-se cada vez neste século, tornando-se regra (estado de exceção) nos diversos espaços sociais por meio de várias relações de forças predominantes dos regimes totalitários contemporâneos, que são "maquiados" através de suas ideologias materialistas, que ameaçam o *Bem Comum* da vida social, cujos valores morais, éticos e até cristãos são exonerados pela máquina capitalista, que ferem até mesmo a Constituição.

Por fim, é notório a prática do pensamento filosófico de Agamben, que se faz atual aos tempos pandemiológico do Covid 19 na escolha em deixar viver ou fazer morrer o indivíduo como corpo inútil para produção econômica, como os idosos e os de área de risco. Diante dos interesses políticos dos sistemas governamentais de forma arbitrária se contextualiza ao pensamento do autor que retrata a situação de vida que nos encontramos diante de um sistema de saúde desfasado por falta de investimentos na qualidade e atendimento dos cidadãos, que ao serem negligenciados são inseridos na condição de *homo sacer* ou seja, sujeitos despidos de valores por não corresponderem os projetos de interesse político.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção.* Trad. de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a vida nua I.* Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. Entrevista com Giorgio Agamben. *Rev. Dep. Psicologia-UFF*, v. 18, n. 1, 2006.

_____. *O que resta em Auschwitz.* Trad. de Sevino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O uso dos corpos.* Trad. de Sevino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. *Pode o negro viver? A violência racial e a concepção de biopolítica em Foucault. História.* com, Cruz das Almas, BA, v. 3. n. 6, p. 157-170, dez. 2016.

Peixoto, Enock da Silva. *Análise sobre a concepção de vida nua: por uma política vital.* Investigação Filosófica ISSN 2179-6742 Macapá, v. 11, n. 1, p. 93-104, 2020.

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana.* Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco.* Trad. de Luciano Ferreira de Silva. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2015.

_____. *Política.* Trad. de Antônio Campelo Amaral; Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

BAPTISTA, Mauro Rocha. *Notas sobre o conceito de vida em Giorgio Agamben.* Profanações, v. 1, n. 1, p. 53-74, 2014.

BAUMAN, Zigmunt. *Vidas desperdiçadas.* Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.

_____. *Vidas para o consumo. A transformação das pessoas em mercadoria.* Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault*: apontamentos bibliográficos.* Saberes, Natal, v. 18, n. 3, p.86-100, dez. 2018.Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937. Acesso em: 25 nov. 2020.

BUCHARD, Alan Barbosa. Estado de exceção e emergência sanitária: Giorgio Agamben sobre a pandemia por coronavírus. *Investigação Filosófica*, Macapá, PA. v. 11, n. 2, p. 37-53, 2020.

Cadernos da EMARF, *Fenomenologia e Direito.* Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-158, out. 2018/mar. 2019.

CAPONI, Sandra. *A biopolítica da população e a experimentação com seres humanos. Ciência e Saúde Coletiva*, Florianópolis, v. 9. n. 2. 445-455. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20398.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

CARDOSO JUNIOR, Nerione N. *Hannah Arendt e o Declínio da Esfera Pública.* Brasília: Ed. Brasília, 2007.

CARVALHO, José Anchieta Arrais de. *A Bioética em diálogo com a Biopolítica.* Teresina: Nova Aliança, 2019.

CASTRO, Edgar. *Vocabulário de Foucault.* Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009, p. 124.

GUIMARÃES, Shyrley Bispo. *Algumas práticas do biopoder sobre os corpos dos indivíduos contemporâneos.* Revista Clínica & Cultura. UFRN.v. III, n. II, Jul-Dez 2014, 18-27.

COSTA, Flávia. *Revista do Departamento de Psicologia* - UFF, v. 18 - n. 1, p. 131-136, jan./jun. 2006 p. 131.

DAVIS, MIke (Org.). *Coronavírus e a luta de classes.* Trad. de "in these times". Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DIÓGENES, Francisco Bruno Pereira. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea.* Brasília, nº 2, ano 1, 2013.

_____. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea.* Brasília, nº 2, ano 1, 2013. p.161.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: Biopolítica e filosofia.* Trad. de M. Freitas da Costa. Portugal: edições 70 Ltda, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I. A vontade do saber.* Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Em defesa da Sociedade.* Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *O nascimento da biopolítica.* Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Sobre direitos humanos na era da biopolítica.* Kriterion: *Revista de Filosofia*, v. 49, n. 118, p. 267–308, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100512x2008000200002&script=sci_arttext>.

GIOVANELLA, Cristiane Roberta Torres; MACHADO, Cristiane Freitas Bertanha;

JUNGUES, Márcia. Cadernos IHU em formação Ano 9 – Nº 45 – 2013, p. 5.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Trad. de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KERN, G. S. Biopoder e a constituição étnico-racial das populações. *Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil.* Cad IHU Ideias [Internet], v. 13, p. 230, 2015.

MARI, Castor. *A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem* - Cadernos IHU nº 39. São Leopoldo Rio Grande do Sul, Usininos, 2012.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *A pandemia da Covid-19: entre Gaia e o Antropoceno*. Comunicação UFMG, Belo Horizonte, 13 de abr. de 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/a-pandemia-da-covid-19-entre-gaia-e-o-antropoceno>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

MORAIS, Carlos Blanco de; COUTINHO, Luís Pereira. *Carl Schmitt Revisitado*. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas/Universidade de Lisboa, 2014.

OLIVEIRA, Paulo de Tarso. A concepção de cidadania em Hannah Arendt: *sujeitos e o espaço público. FACEF* Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, Franca, SP, v. 21, n. 2. mai./jun./jul./ago. 2018. Disponível em: http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/1602. Acesso em: 17 dez. 2020.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. *O conceito de biopoder hoje*. Política & trabalho, v. 24, p. 27-57, 2006.

REALI, Giovani. *História da Filosofia. Do Romantismo até nossos dias.* São Paulo: Paulus,1991. *Revista Fenomenologia e Direito.* Ufrj.br. Disponível em: <https://sfjp.ifcs.ufrj.br/revista/>.

Rev. Saúde Pública 2007;41(5):849-57 Márcia Arán Carlos Augusto Peixoto Júnior.

ROCHA, Francisco Ilídio Ferreira. Conceitos fundamentais de biodireito: insacrificabilidade, matabilidade e mortalidade. *Revista Pensamento Jurídico*, v. 8, n. 2, 2016.

RODRIGUES, Ana Paula Kravczuk. Gênero e Sexualidade a partir de Foucault: *o longo processo histórico de normalização e normatização dos corpos e das condutas.* Ijuí (RS) 2016.

RUIZ, C. M. M. B *et al. Sentido filosófico dos direitos humanos.* Passo Fundo: IFIBE, 2013.

RUIZ, C. M. M. B. *Paradoxos do biopoder: a redução da vida humana a mera vida natural.* Revista do instituto humanitas Unisinos/IHU, v. 8, n. 3, p. 263-275, 2007.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem*: (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. Cadernos Unisinos, São Leopoldo, RS. Ano 10, n. 39, 2012.

SALVETTI, Ésio Francisco. *A condição da vida humana: perspectiva ética em Giorgio Agamben*. 2017. 205f. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017.

_____. *Sentido filosófico dos direitos humanos, leituras do pensamento contemporâneo 3*. Passo fundo: IFIBE, 2013.

SANTOS, Bruno Barbosa. O conceito de vida nua em Giorgio Agamben*: uma leitura pelo viés dos direitos humanos*. Guarulhos, 2018.

SANTOS, Claudecir. Revista de *Filosofia. Amargosa*, Bahia – Brasil, v. 2, n. 2, dezembro/2010, p. 108.

SIQUEIRA, Elton Bruno; PONTES, Francini Barros. ZOE: *vida comum ameaçada*. Rev. Bras. Estud. Presença. Porto Alegre, v. 9, n. 2. p. 1-22, dez. 2018.

SOUZA, Danigui Renigui Martins de. *A biopolítica em Giorgio Agamben: estado de exceção, poder soberano, vida nua e campo*. 2017. Dissertação de Mestrado. Brasil.